

PARA ONDE VAI NOSSO LIXO?

O desafio dos municípios no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê os 'lixões' fechados até agosto

Sanitaristas brasileiros
*Cecília Donnangelo, e a
construção do pensamento
social em Saúde*

Longe dos manicômios
*Arte e cultura são
antídoto ao estigma
da loucura*

Verdades construídas

SAIBA MAIS:

- A mídia brasileira e as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei — Parte I: Construindo uma mentalidade <http://goo.gl/Jz9En5>
- A mídia brasileira e as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei — Parte II: Os autores dos discursos <http://goo.gl/6xoC1x>
- A mídia brasileira e as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei — Parte III: O discurso da técnica jornalística <http://goo.gl/0OzDGB>

Pesquisa aponta que noticiário sobre adolescentes em conflito com a lei defende redução da idade penal

Ana Cláudia Peres

Quando o assunto é adolescente em conflito com a lei, o noticiário brasileiro é reducionista, negligencia o debate sobre o sistema socioeducativo do país e induz a opinião pública a ser favorável à redução da idade penal. Essas são as conclusões principais da pesquisa *A mídia brasileira e as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei*, realizada pela organização Andi — Comunicação e Direitos, que acompanhou a cobertura do tema em oito jornais impressos, quatro revistas e um telejornal no período de 1º de abril a 15 de maio de 2013.

O resultado da análise de 266 textos e cinco matérias televisivas foi apresentado em dezembro, durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Brasília. Dividida em três blocos temáticos, a pesquisa identificou sete tendências da cobertura jornalística sobre o assunto no Brasil, sendo a principal delas, a defesa da redução da idade penal como solução para o problema. Os veículos nacionais analisados foram *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*; o bloco regional teve *O Povo* (CE), *Gazeta do Povo* (PR), *A Tarde* (BA) e *Jornal de Brasília* (DF) verificados. Entre as revistas, foram pesquisadas *Época*, *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*. E na televisão, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*.

O primeiro bloco da amostra, intitulado *A construção de uma mentalidade*, constatou que a redução da idade penal é a principal mudança defendida em 45,5% das matérias dos veículos nacionais e em 46,7% da cobertura televisiva. Nos veículos de circulação regional, há uma variante, já que apenas 28,5% da cobertura defende a alteração da regra.

De acordo com o estudo, a percepção construída é de que, sendo a imprensa uma das mais respeitadas instituições do mundo contemporâneo, a defesa repetida da redução da idade penal gera na sociedade brasileira a ideia de uma medida universalmente adotada. No entanto, aponta ainda a pesquisa, tal evidência desconsidera o fato de que a maioria dos países desenvolvidos rejeita

essa solução, só considerando imputáveis os indivíduos com 18 anos ou mais (83,2% da legislação pesquisada).

Outra tendência evidenciada pela pesquisa: a ocorrência de crimes graves envolvendo menores de 18 anos como agentes da violência é o grande motivador do debate. A maioria do noticiário do período analisado (78,7%) foi pautado pelo caso do universitário Victor Deppman, morto com um tiro na cabeça, na zona leste de São Paulo, em 9 de abril de 2013. O estudo aponta que, quando a cobertura jornalística fica excessivamente centrada em crimes violentos, termina por construir a percepção de que os adolescentes são os grandes responsáveis pela violência praticada no Brasil, negligenciando o dado de que a população carcerária do país soma 514.582 indivíduos e que os adolescentes privados de liberdade representam menos de 4% desse total.

DISCURSO E TÉCNICA

Na segunda parte da pesquisa, intitulada *Os autores do discurso*, são expostas diferenças e semelhanças no comportamento editorial dos veículos. A análise revela a clivagem ideológica entre os veículos de circulação nacional e regional e a convergência de discurso dos diferentes veículos de um mesmo grupo de comunicação.

Os jornais de circulação nacional lideram o ranking quantitativo do noticiário sobre o tema (48,7%). Entre esses veículos, o que mais publicou foi a *Folha de S. Paulo*, 20,3%, seguido por *O Povo*, na categoria regional, com 15,9% de matérias. Entre todos os veículos, o que apresenta menor diversidade de pontos de vista é a revista *Veja*: 100% dos textos trazem posição majoritariamente favorável a mudanças na legislação. O desprezo pelo critério da diversidade dos pontos de vista, aponta a pesquisa, reafirma o caráter ideológico do debate sobre o tema.

O terceiro bloco da pesquisa, *O discurso da técnica jornalística*, expõe o conteúdo produzido e disseminado pelos meios de comunicação, a partir de parâmetros jornalísticos — como o uso de dados estatísticos e espaço para diversidade de fontes de informação — que vêm, historicamente, mensurando a qualidade técnica das narrativas midiáticas sobre temáticas sociais. De todo o conteúdo analisado, 41,6% têm caráter opinativo. Em relação à abordagem, a maioria (55%) traz elementos de contextualização, o que demonstra investimento na qualidade técnica. No entanto, aspectos estruturantes, como o acompanhamento de políticas públicas, ficam fora desses espaços noticiosos. Apenas 14,5% dos textos trazem dados estatísticos.

A pesquisa conclui que a análise dos conteúdos aponta para “uma prática editorial que não condiz com um dos papéis centrais do jornalismo — o de fornecer informação qualificada à sociedade, com pluralidade de pontos de vista e contextualização dos fatos”.



Lixo, humor e crítica

Trazemos uma vez mais, como na edição de fevereiro de 2011, o debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por ser um tema fundamental para as condições de vida — e, portanto, de saúde — da população.

A Lei 12.305, que tramitou 20 anos no Congresso Nacional até ser aprovada em 2010, ampara essa política e determina a elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos em cada município do país, com soluções adequadas do ponto de vista ambiental e social para a coleta e aproveitamento de material reciclável e descarte dos rejeitos finais do lixo comum em aterros sanitários.

Há poucos meses do prazo para eliminarem os vazadouros a céu aberto, a Confederação Nacional dos Municípios estima que apenas metade das prefeituras tenham elaborado um plano para os resíduos e pede a postergação para 2015 do prazo para o fechamento dos famigerados lixões. O Ministério do Meio Ambiente endureceu o discurso, antecipando a crítica àqueles prefeitos que, passados quatro anos, nada tiverem feito na direção do cumprimento da lei.

A questão dos resíduos sólidos, no entanto, vai muito além da adoção de aterros sanitários, implicando em mudanças culturais na sociedade e no Estado. A responsabilidade da indústria e do comércio, que geram consumo e resíduo sem arcar com a logística reversa, é enorme. E, aqui, nem estamos pondo em questão o insustentável modelo de desenvolvimento.

Para ampliar o debate, *Radis* ouviu, durante a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, o movimento de catadores de

materiais recicláveis, técnicos e representantes dos governos municipais e federal. Visitamos o município paulista de Ourinhos, com sua experiência exemplar, e mostramos como estão hoje o antigo aterro de Gramacho e o atual de Seropédica, no Estado do Rio.

Em março, durante a exitosa greve dos garis da capital carioca, muita gente se escandalizou com tanto lixo espalhado na cidade, em pleno carnaval. Está na hora de a população, as empresas e as autoridades brasileiras acharem inadmissível, sim, a convivência leniente de todos nós com a incivilidade no trato e destinação de todo o *lixo* que produzimos ao longo dos anos.

Em meio a tanta gente no carnaval de rua do Rio, o bloco Loucura Suburbana chamou a atenção por levar para fora do antigo Hospital Psiquiátrico Pedro II, alegres e fantasiados trabalhadores da saúde, usuários, parentes, amigos e vizinhos do atual Instituto Municipal de Atenção à Saúde Nise da Silveira. Música e bom humor para esquecer a tristeza e lutar por uma convivência mais humana em um mundo sem manicômios.

Ainda nesta edição, destacamos a contribuição essencial da socióloga paulista Cecília Donnangelo, falecida precocemente em 1983, aos 43 anos. Mestre dos atuais mestres da saúde coletiva, ela foi pioneira no estudo do campo das Ciências Sociais em Saúde e é reverenciada por seu discurso crítico, sua obra de grande rigor metodológico e interpretativo e sua liderança na origem do movimento da Reforma Sanitária brasileira.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do Programa Radis

CARTUM



Expressões e Experiências

• Verdades construídas 2

Editorial

• Lixo, humor e crítica 3

Cartum

3

Voz do leitor

4

Súmula

5

Radis Adverte

7

Toques da Redação

9

Capa / Meio Ambiente

• Para onde vai o lixo? 10

• Catadores: excluídos e necessários 14

• Entrevista – Geraldo Abreu: 'A inércia não cabe mais no Brasil' 16

• Sem lixão desde 1993, Ourinhos é premiada por apoio a catadores 17

• O melhor destino para os resíduos 19

• De Gramacho a Seropédica 20

Doenças zoonóticas

• Picada que ameaça 22

• Doenças e seus vetores 24

Memória

• Diretas Já!, 30 anos 25

Sanitaristas brasileiros

• Mestre na construção do pensamento social em saúde 26

Equidade 28

• Governança política pela saúde

Saúde mental

• Loucos pela vida 29

• Tamtam, Maluko e Pinel 32

• Na contramão da luta antimanicomial 33

Serviço

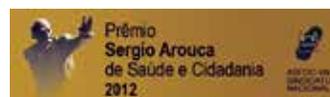
34

Pós-Tudo

• Para Alex, com carinho 35

Foto da capa Felipe Plauska
Ilustrações Marina Cotrim (M.C.)

RADIS . Jornalismo premiado
pela Opas e pela Asfoc-SN



Trabalho infantil

Excelente cobertura da 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil realizada pela repórter Liseane Morosini, nos trazendo análises de especialistas nacionais e internacionais, perfeitamente embasadas em estatísticas e conceitos, contribuindo por demais para nossa compreensão desta triste problemática, que é a entrada precoce no mercado de trabalho de crianças e adolescentes no meio rural e urbano.

• Clarício dos Santos, doutorando em Ciências Sociais (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ

Meio ambiente

Venho cumprimentar a revista *Radis* pela edição nº 136. Foi a primeira vez que li a revista e achei fantástica, pelos assuntos excelentes abordados. Chamou-me atenção as reportagens sobre meio ambiente e trabalho infantil. O meio ambiente é um dos grandes problemas da atualidade. As autoridades só ponderam sobre a Grande Amazônia e esquecem de que nós, aqui do Centro-Oeste, estamos assassinando nosso cerrado. Nosso cerrado tem vida, plantas medicinais em abundância. É extremamente triste percorrer as rodovias e nos depararmos com animais atropelados e mortos, pois não têm como se refugiar e ficam vagando. E ainda existem os caçadores e os traficantes, dos quais têm que fugir constantemente. Enquanto isso, nossas autoridades nomeiam parentes, compadres ou amigos, por “compromisso político”, que não são preparados para estar nas agências ambientais, não entendem nada de fauna ou flora. Despeço-me deixando-lhes uma frase para reflexão: “Se empregarmos um açougueiro na farmácia, ele irá matar a população”. Agradeço pela oportunidade e, posteriormente, enviarei minha opinião sobre o trabalho e prostituição infantil.

• Paulo Henrique Barreto, vereador-presidente, Câmara Municipal de Doverlândia, GO

R: *Caro Paulo Henrique, agradecemos pelo contato e registramos que as opiniões dos leitores são sempre bem-vindas. Um abraço!*

Teste rápido de HIV

Caros colegas, a nota *Novo teste de HIV disponível no SUS e em farmácias*, publicada em *Súmula (Radis 137)*, trata de assunto sensível sem o devido acompanhamento crítico da seção, refletindo a divulgação confusa do Ministério da Saúde. Enquanto a segunda frase afirma ser o teste um autoexame, a terceira garante ser necessária a “presença de um profissional de saúde e de estrutura laboratorial”. Mais adiante, é citada declaração do então ministro [da Saúde, Alexandre] Padilha de que uma das vantagens do teste, quando disponível em farmácias, está no fato de “não necessitar de infraestrutura laboratorial”. Além disso, o texto não aprofunda e problematiza o fato de ONGs realizarem o teste. Várias questões estão em debate pelo movimento social: o oferecimento dessa forma de diagnóstico entre pares, como prostitutas em áreas de batalha ou gays em saunas, ou mesmo nas ONGs, pode contribuir para estigmatizar ainda mais esses locais e seus frequentadores; o risco de quebra do sigilo do resultado, nesses contextos, é grande; o aconselhamento pré e pós-teste, se houver, não será feito por profissionais de saúde; o conhecimento de um resultado positivo num ambiente de trabalho ou diversão pode ter efeitos incertos. Seria importante também esclarecer por que é preciso “um furo no dedo” se o material necessário são fluidos orais. Finalmente, o discurso do governo de que se trata de “triagem” é contraditado por um dado a que o próprio MS não dá publicidade: a precisão desse teste é de 99%.

• Flavio Lenz, jornalista, especialista em Comunicação e Saúde pelo Icict-Fiocruz, mestrando no PPGCOM da Uerj, Rio de Janeiro, RJ

R: *Caro Flavio, agradecemos os comentários muito oportunos e esclarecemos que houve erro na redação final da nota. A frase correta, que diferencia o autoexame do atendimento na rede pública, é: “O teste oferecido na rede pública depende de um furo no dedo, da presença de um profissional de saúde e de estrutura laboratorial”. Quanto aos demais comentários, voltaremos ao tema, contemplando-os.*

Protesto

Élamentável e vergonhoso assistir ao clamor da sociedade aos gritos por justiça, e a baderna reinando junto com a impunidade dos criminosos, ladrões corruptos do dinheiro público. Os menores delinquentes matam barbaramente, como fizeram com o jornalista, porque confiam na impunidade e no cala boca da *Radis*, conivente com tudo isso. E mais crimes virão e o nosso povo é quem sofre e paga a conta. Salários, só para o programa Mais Médicos, que só serve para propaganda mentirosa e enganosa, palco para politicagem e malandragem, desvio do dinheiro da educação e da saúde. Se tiver coragem, que publique.

• Reges Barbosa Silva, Aracaju, SE

R: *Caro Reges, lamentamos a morte de nosso colega de imprensa, o cinegrafista Santiago Andrade. Entendemos ser pertinente o espaço que a Radis tem dedicado às demandas consequentes que o povo levou para as ruas, na defesa de transporte, educação, justiça social, direito à comunicação e mais democracia, sem as quais não se concretiza o direito à saúde.*

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou facebook) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis **Rogério Lannes Rocha**
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**
Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição),
Bruno Dominguez (subedição interina), **Elisa Batalha**, **Liseane Morosini** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** (subedição) e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Sandra Benigno**
Administração **Fábio Lucas**, **Natalia Calzavara** e **Oswaldo José Filho** (Informática)
Estágio supervisionado **Marina Cotrim** (Arte) e **Raquel Ribeiro** (Reportagem)

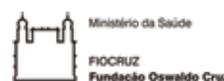
Assinatura **grátis** (sujeita a ampliação de cadastro) Periodicidade **mensal** | Tiragem **82.000** exemplares | Impressão Minister

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118 | (21) 3882-9119
• E-mail radis@ensp.fiocruz.br
• Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

 www.ensp.fiocruz.br/radis
 [/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
• www.fiocruz.br/ouvidoria





Inca: instituição pública ameaçada

O Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, está correndo o risco de deixar de ser uma instituição pública integrante da administração direta do Ministério da Saúde, para se tornar empresa de direito privado. A mudança está prevista em projeto de lei elaborado por grupo de trabalho instituído pelo ministério — do qual trabalhadores do instituto alegam não ter participado, conforme divulgou (25/2) em seu site a Associação de Funcionários do Inca (Afinca).

O novo modelo de gestão do Inca vem sendo apresentado como solução para um impasse que põe em risco a pesquisa desenvolvida pelo instituto. Dos 3.587 profissionais do quadro do Inca, 583 são contratados pela Fundação Ary Frauzino para Pesquisas e Controle do Câncer (FAF), criada em 1991 para dar “mais flexibilidade” à contratação de pessoal, uma vez que o instituto depende de autorização do governo para realizar concurso público, informou *O Globo* (24/2). Em 2006, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou ilegal utilizar a FAF para a contratação de pessoal e determinou a demissão dos contratados por essa via.

O Inca conseguiu adiar o cumprimento da decisão por quatro vezes, informou, ainda, o jornal.

De acordo com diretor geral do Inca, Luiz Antonio Santini, a demissão de um pesquisador repercute em várias pesquisas, uma vez que os trabalhos no instituto são feitos em equipe, sem diferenciar se os envolvidos são contratados via FAF ou são vinculados diretamente ao instituto. Segundo relatou ao jornal, sempre que o prazo do acordo chega perto do fim, o pesquisador ligado à FAF não sabe se haverá novo acordo permitindo que continue seu trabalho.

A solução apresentada para o problema foi a extinção do Inca tal como existe hoje e a “transferência dos bens e serviços do órgão, e alocação de seus servidores, por meio de contrato de autonomia”, como indica o artigo 26 da minuta do projeto de lei, à qual a Afinca teve acesso. “Isso enfraquece a carreira de C&T [Ciência e Tecnologia], reduz seu poder de negociação e, em longo prazo, achata salários”, diz o texto da associação.

Os funcionários apontam que “não foi considerada a possibilidade de

realização de uma política permanente voltada para a realização de concursos públicos” e que a forma de contratação de pessoal da “empresa Inca” é, “no mínimo, confusa”. Segundo a minuta, estaria previsto concurso, mas com possibilidade de o Inca requisitar pessoal do SUS e pagar complementação salarial, ou, ainda, “celebrar contratos de trabalho por prazo determinado (...), mediante processo seletivo simplificado”. O instituto poderia também contratar especialistas em diversas áreas (técnica, científica, administrativa, econômica e jurídica) por projetos.

“O passo seguinte é mercantilar a relação com o usuário do Inca, que sempre foi uma instituição de qualidade sustentada pelos servidores públicos na Carreira de C&T que agora tentam extinguir no Instituto”, alertaram os servidores.

De acordo com *O Globo*, o Ministério da Saúde informou em nota ter iniciado processo para realizar concurso público, com a contratação de 583 profissionais, mas não detalhou como anda a discussão em torno da adoção de um novo modelo de gestão e funcionamento do Inca.

Jornalistas agredidos pela PM

Levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) apontou São Paulo como a cidade mais violenta para repórteres em cobertura de manifestações. Dos 133 casos de agressões registrados no país entre 13 de junho de 2013 e 22 de fevereiro de 2014, 63 ocorreram na capital paulista, de acordo com nota publicada (24/2) pela Abraji, informou o site da Rede Brasil Atual.

Na manifestação *Se não tiver direitos, não vai ter Copa*, realizada em 22 de fevereiro no centro da capital paulista, a associação contabilizou pelo menos 14 jornalistas agredidos ou detidos pela Polícia Militar de São Paulo e cinco repórteres alvo de violações, mesmo depois de terem se identificado como integrantes da imprensa. Segundo a Abraji, de todas as ocorrências registradas até fevereiro, em 56% das vezes o jornalista identificou-se como tal antes de ser agredido ou detido. Por isso, a entidade classifica a violência dos PMs como “deliberada”.

As agressões e prisões dos 14 jornalistas em 22/2 fez com que subisse de 75,5% para 78% o número de casos em que as forças de segurança brasileiras são as responsáveis diretas pelo cerceamento do trabalho da imprensa durante manifestações no país. Policiais militares, civis e guardas municipais foram autores de



104 dos 133 casos registrados pela Abraji.

Apesar das agressões a jornalistas, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella, considerou bem sucedida a ação policial do dia 22/2, que utilizou pela primeira vez uma “tropa ninja”, especializada em artes marciais e que não utiliza arma de fogo, informou *O Globo*. “Tivemos menor número de feridos e quantidade muito inferior de danos”, justificou.

Na nota que divulgou, a Abraji critica a ação policial. “A Abraji lamenta, mais uma vez, que jornalistas sejam detidos e agredidos enquanto realizam seu trabalho durante a cobertura de manifestações de protesto. Tentar impedir o trabalho da imprensa é atentar contra o direito da sociedade à informação e, em última análise, contra a democracia”, conclui a nota.

Contra a criminalização de advogados

Manifesto assinado por 88 organizações e 215 pessoas foi divulgado (12/2) para expressar preocupação com a criminalização dos advogados que atuam em defesa da lei, nas manifestações populares iniciadas em junho de 2013. “A tentativa de impedimento e desmoralização desses advogados revela um grave quadro de retrocesso democrático”, diz o texto, apontando que “torna-se temerário o ataque deliberado aos advogados por exercerem sua profissão e seu dever de garantir a ampla defesa, o contraditório e o devido processo daqueles acusados de praticar crimes durante protestos”.

Os signatários ressaltam haver relatos de impedimento da comunicação entre advogados e manifestantes detidos, realização de oitivas informais sem o acompanhamento do profissional e falta de informação sobre o destino ao qual os manifestantes são conduzidos, bem como sobre seu enquadramento legal.

“Os próprios advogados passaram a ser constantemente vítimas da truculência policial sendo ameaçados, ofendidos e até mesmo agredidos fisicamente por bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e golpes de cassetete”, acrescenta, ainda, o texto.

Destaque no agronegócio e nos males à saúde



Escolhido pela presidenta Dilma Rousseff para sediar pronunciamento (11/2) sobre a colheita recorde, de 193,6 milhões de toneladas de grãos, na safra 2013-2014, o município de Lucas do Rio Verde (MT) é um dos que mais registram na população efeitos nocivos dos agrotóxicos, encontrados até no leite materno, informaram o blog coletivo Outras Palavras (14/2) e o site do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes). O município destaca-se pela monocultura de soja, milho e algodão. Em 2010, foram plantados 420 mil hectares e pulverizados 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nas plantações, atingindo também o entorno do município e expondo cada habitante a 136 litros anuais de agrotóxicos, quase 45 vezes mais do que a média nacional — de 3,66 litros. Os dados são da pesquisa *Impacto dos Agrotóxicos na Saúde do Ambiente na Região Centro-Oeste*, coordenada pelo médico Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em parceria com a Fiocruz, e realizada em Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul e Goiás, entre 2007 e 2010.

No âmbito da pesquisa, foi analisado o leite materno, como um dos indicadores do grau de contaminação por agrotóxicos. Foram analisadas 62 nutrízes de Lucas do Rio Verde. “A pesquisa revelou que 100% das amostras indicam a contaminação do leite por pelo menos um agrotóxico”, relatou a pesquisadora Danielly Palma, autora do estudo, tema de sua dissertação de mestrado na UFMT. Todas as mães apresentaram sinais de DDE, um derivado do DDT, agrotóxico proibido no Brasil há mais de dez anos. “Dos resíduos encontrados, a maioria são organoclorados, de alta toxicidade, capacidade de dispersão e resistência tanto no ambiente quanto no corpo humano”, apontou Danielly, acrescentando que as substâncias têm potencial de causar má formação fetal e indução ao aborto, afetar o sistema endócrino — que controla os hormônios do corpo — e causar câncer.

O estudo integra o *Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (Radis 125, 133 e 138).

Silicose: em Minas, o maior número de casos

Sessão científica realizada (26/2) pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp), da Fiocruz, alertou para o alto risco à saúde causado pela inalação de poeiras minerais contendo partículas de sílica livre, própria de atividades de mineração e da indústria naval, principalmente. Essa é a causa da silicose, considerada uma das mais graves doenças pulmonares, como explicou a pneumologista Patrícia Canto Ribeiro, do Ambulatório de Pneumopatias Ocupacionais do Cesteh.

No Rio de Janeiro, a indústria naval é a principal atividade de risco, enquanto Minas Gerais tem a maior prevalência de pacientes com a doença, devido à mineração. O jateamento de areia, que libera, em grandes quantidades, uma poeira muito fina, que contém cristais de sílica, atinge tanto os trabalhadores que lidam diretamente com a função, quanto os demais que estejam no mesmo ambiente, ficando todos expostos.

De acordo com Patrícia, a silicose caracteriza-se por fibrose pulmonar com formação de granulomas. Os sintomas podem evoluir da falta de ar leve a um

quadro grave de insuficiência respiratória. A forma crônica da doença é mais frequente nas atividades com exposição a pequenas concentrações de sílica livre por mais de dez anos. A forma aguda resulta da exposição a altas concentrações de partículas pequenas de sílica livre, em ambientes fechados, mal ventilados e sem o uso devido de equipamentos de proteção. A doença pode ainda manifestar-se na forma acelerada, após período longo de exposição a elevadas concentrações de sílica, resultando em grande quantidade de nódulos pulmonares em vários estágios de desenvolvimento.

Como forma de tratamento, Patrícia indica que, em alguns casos, podem ser utilizadas técnicas de reabilitação pulmonar e fisioterapia. É necessário parar de fumar, quando for o caso, e retirar imediatamente o trabalhador da exposição à substância. “As ações preventivas devem estar voltadas para minimizar ou eliminar o risco, ou seja, a substituição do produto nocivo por outro produto quando for possível”, alertou. Patrícia contou ainda que, desde 1992, o jateamento de areia está proibido no Rio de Janeiro e, desde 2004, no Brasil.

DST/aids: campanha de prevenção o ano inteiro

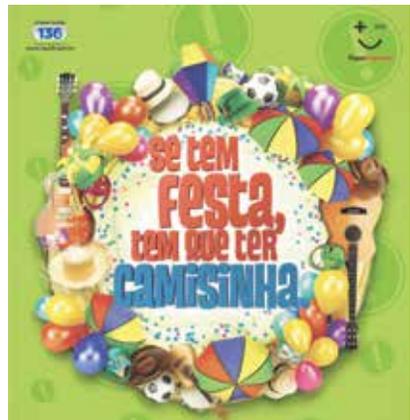
O Ministério da Saúde lançou (25/2) campanha de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e aids, que, neste ano, não se restringiu somente ao carnaval, e ficará valendo para todos os eventos populares, da Copa do Mundo às festas de São João, informou o Portal da Saúde (25/2). Com slogan “se tem festa, festação ou festinha, tem que ter camisinha”, a campanha pretende alertar para a prevenção nos momentos de divertimento, em especial, à faixa etária de 15 a 49 anos.

“Estamos reforçando a ideia de que a prevenção deve ser feita durante todo o ano, e não apenas no carnaval. Reafirmamos a necessidade de trabalhar com todos os grupos da sociedade, independentemente de faixa etária ou gênero. O alvo é a população brasileira sexualmente ativa”, disse o ministro da Saúde, Arthur Chioro, ao apresentar a campanha, que custou R\$ 15 milhões e tem peças para rádio, TV e internet, cartazes e outdoors.

No primeiro trimestre, foram distribuídos 104 milhões de preservativos, quantidade definida a partir do consumo médio mensal, da capacidade de armazenagem e do estoque do almoxarifado nos estados. Em 2013, foram distribuídos 610 milhões de preservativos para todo o país.

Dados do governo apontam que cerca de 150 mil pessoas estão infectadas pelo vírus da aids, mas não têm conhecimento, e 340 mil estão em tratamento.

A campanha alerta também para a importância da testagem e do diagnóstico precoce, por meio do teste rápido (Radis 138), como forma de quebrar a cadeia de transmissão do vírus e promover o acompanhamento do paciente, evitando o desenvolvimento de aids, além de permitir que o paciente inicie o tratamento mais cedo. “Quanto mais cedo começa, a chance de transmissão se reduz muito”, disse o secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa.



Cinco torturadores da 'Casa da Morte' identificados



FOTO: RAUL KAWAMURA

Foram identificados os nomes de cinco torturadores que atuavam na *Casa da Morte* de Petrópolis, mantida clandestinamente pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e onde podem ter sido executados pelo menos 22 presos políticos. A identificação se deu a partir de cruzamento de registros de memória da ex-presca política Inês Etienne Romeu (*Radis 120*), única sobrevivente da *Casa da Morte*, com depoimentos de ex-agentes e documentos militares, realizado pelo jornal O Globo (18/3). Inês registrou os codinomes de 19 torturadores. Os cinco identificados agora são: o coronel Cyro Guedes Etchegoyen (*Doutor Bruno*, apontado por Inês como o de mais alta patente na casa), os sargentos Rubens Gomes Carneiro (*Laecato*), Jairo de Canaã Cony (o *Marcelo*) e Carlos Quissak, e o cabo Severino Manuel Ciriaco (o *Raul*).

De acordo com reportagem do jornal (18/3), o *Doutor Bruno* foi quem ordenou a libertação de Inês. Ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Inês blefava em seu depoimento, fazendo-o acreditar que ela aceitara ser uma RX, isto é uma informante infiltrada.

Jairo de Canaã Cony era um dos sargentos da equipe do interrogador Freddie Perdigão Pereira, capitão ferido em 20 de janeiro de 1970, em troca de tiros com o

guerrilheiro Carlos Fayal. Carlos Quissak era o motorista da casa e transportava presos e agentes.

Já eram conhecidos os nomes de Paulo Malhões, que deu entrevista em 2012, contando como funcionava a Casa da Morte (*Radis 120*), Orlando de Souza Rangel (*Doutor Pepe*), Rubens Paim Sampaio (*Doutor Teixeira*), José Brant Teixeira (*Doutor Cesar*), Amilcar Lobo Moreira da Silva (*Doutor Carneiro*), Ubirajara Ribeiro de Souza (*Zé Gomes ou Zezão*) e Luis Cláudio Azeredo Viana (*Laurindo*).

A reportagem informa ainda que duas áreas de Petrópolis estão entre os locais com indícios de cemitérios clandestinos de vítimas da repressão, de acordo com investigações do Ministério Público Federal: um terreno ao lado da casa e o cemitério do Quarteirão Worms, às margens da Rodovia BR-040 (Rio-Juiz de Fora), usada para enterro de indigentes. O cemitério recebeu visita de técnicos da Comissão Nacional da Verdade e as investigações dão conta de que corpos seriam enterrados no local à noite e as vítimas, esquartejadas como recurso para dificultar a identificação (*Imagem do monumento Tortura Nunca Mais, no Recife (PE), concebido pelo arquiteto Demétrio Albuquerque*).

Ditadura marcava atestados de óbito de militantes

As declarações de óbito de militantes de esquerda mortos durante a ditadura militar eram identificadas com uma letra T em vermelho, trazendo informações mínimas sobre os corpos, que eram enterrados no cemitério de Perus, em São Paulo, como sendo de indigentes. O relato é do administrador do cemitério entre os anos de 1976 e 1992, Antonio Pires Eustáquio, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade na Assembleia Legislativa Paulista, informou a Agência Brasil (24/2). Eustáquio disse ter tomado conhecimento, por meio de relatos de trabalhadores do cemitério anteriores à sua gestão, de que os corpos dos militantes chegavam ao local sob forte esquema de segurança e eram enterrados em caixões de madeira bruta, nas quadras 1 e 2, da gleba 1, onde também eram sepultados os indigentes. “Esse pessoal que chamavam de *terroristas* chegava em um camburão, com um aparato político junto, um forte esquema policial”, descreveu. Ele disse que, inicialmente, não sabia que a letra T referia-se aos militantes mortos na ditadura. “Vim a saber depois, participando de reuniões com familiares”, explicou. Eustáquio relatou, ainda, que em determinado momento, a prefeitura e a administração funerária de São Paulo decidiram que era preciso dar fim aos restos mortais dos militantes políticos e que a solução encontrada foi criar uma vala comum, para serem depositadas cerca de 1,5 mil ossadas.

A vala, onde, segundo informou, teriam sido sepultados entre seis e oito militantes, foi aberta em setembro de 1990 durante o governo da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina. No local foram encontradas 1.049 ossadas sem identificação, a grande maioria pertencente a indigentes e vítimas de esquadres da morte. De acordo com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, seriam 14 os corpos de militantes. Foram identificados doze, em convênio da prefeitura com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Logo após a Anistia Política, contou Eustáquio, ele foi orientado por membros da administração funerária da gestão Mário Covas (1983-1985) a não fazer alarde e não contar sobre a existência da vala comum. “Disseram para eu não mostrar os livros, para não dar muita continuidade a esse processo de procura por intermédio de pessoas não identificadas pelo serviço funerário”, disse.

Radis Adverte



Greve vitoriosa dos garis do Rio de Janeiro

Após oito dias de greve e muita resistência, os trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro conseguiram da prefeitura o que reivindicavam, mostrando que a mobilização vale a pena. Eles cruzaram os braços de 1º a 8/3, incluindo-se aí o período do carnaval. Nem as ruas da cidade cheias de lixo, cenário utilizado exaustivamente pela mídia e pela prefeitura para desqualificar o movimento, enfraqueceram o apoio popular que a greve recebeu. Os garis lutavam por melhores condições de trabalho, reajuste salarial, vale-refeição e pagamento de hora extra.

O embate com a prefeitura foi grande. A greve começou na madrugada de sábado (1/3) e, de manhã, a pedido da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), foi declarada ilegal pela Justiça do Trabalho, que determinou o imediato retorno dos garis às suas atividades, sob pena de multa diária de R\$ 25 mil.

Na segunda-feira (3), a Comlurb e o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro anunciaram ter fechado acordo para dissídio coletivo. Segundo os trabalhadores, no entanto, esse acordo não tinha o aval da categoria e não havia sido definido em assembleia geral, como manda a lei. Pelo acordo, haveria reajuste salarial de 9%, a partir de abril, saindo o piso salarial de R\$ 802,57 para R\$ 874,79, acrescido de 40% de adicional de insalubridade, totalizando R\$ 1.224,70, informou o portal G1 (5/3). Estava previsto também aumento do vale-alimentação de R\$ 12 para R\$ 16.

Os garis continuaram firmes no propósito de chegar aos reivindicados R\$ 1.200 de salário, mais 40% insalubridade, e mantiveram a greve. “Eu acho que é justo. Pelo trabalho que realizamos na chuva, no sol, no vento, em eventos também, como réveillon, Natal...”, como



FOTOS: MÍDIA NINJA

explicitou o gari Célio Vianna, no *Estado de S. Paulo* (2/3).

Nas ruas, nos blocos carnavalescos, e, principalmente, nas redes sociais, a tônica eram manifestações de apoio ao movimento dos garis. O mesmo não se viu na mídia comercial. Nos jornais, pipocaram fotos da cidade suja e manchetes enfatizando: *Greve dos garis deixa as ruas do Rio cobertas de lixo*, como a veiculada (3/3) no *Estadão*. Foi ressaltada, ainda, a impropriedade de uma greve de garis em meio ao carnaval – período em que a quantidade de lixo nas ruas é maior.

Em entrevista coletiva (4/3), o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, chamou os trabalhadores em greve de “marginais e delinquentes, alegando tratar-se de minoria impedindo os demais de ir para as ruas recolher o lixo. Um dia antes, a Comlurb anunciara a demissão de 300 garis que não haviam comparecido ao trabalho, uma vez que, para a prefeitura, a greve havia acabado, restringindo-se apenas a um pequeno grupo.

O prefeito anunciou a entrada da

Polícia Militar e seguranças para escoltar veículos e garis que queriam trabalhar, mas que estariam sendo impedidos pelos grevistas. Na capa do *Globo* de 6/3, a chamada *Greve de garis vira caso de polícia* disputou espaço com o anúncio da escola de samba campeã do carnaval 2014. Em 7/3, a manchete do jornal era *Comlurb trabalha sob escolta e prevê lixo na rua até domingo*, sendo que no alto da página, introduzindo a foto de uma praia cheia de lixo, estavam os dizeres *Mar de sujeira*.

Em 7/3, após manifestação no centro da cidade, representantes dos garis em greve buscaram a intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT), para a derrubada do acordo entre prefeitura e sindicato. No dia 8/3, em reunião, durante toda a tarde no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), entre representantes da prefeitura e dos garis, ficou acordado aumento do salário-base para R\$ 1.100, mais o adicional de 40% de insalubridade, perfazendo salário de R\$ 1.540, e vale-refeição de R\$ 20 (não de R\$ 16), e revogação das 300 demissões, anunciando-se o fim da greve.

No dia 9/3, a notícia do fim da greve, com vitória da categoria, não mereceu, no jornal *O Globo*, o mesmo destaque que o tema veio recebendo durante toda a semana. Discreta, no canto esquerdo da primeira página, a chamada dizia apenas: *Garis anunciam o fim da greve*, sem menção às conquistas dos trabalhadores. A repercussão positiva na população, no entanto, apareceu no desfile das escolas de samba campeãs, no mesmo dia: um grupo de garis que entrou na avenida para fazer a limpeza após a passagem de uma das escolas, foi recebido com aplausos pelo público das arquibancadas.

Em publicação no Facebook, antes do fim da greve, o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) avaliou que houve no processo “triplo desrespeito”: considerar que a mobilização é de uma “minoria amotinada”; e que os garis não têm capacidade de se organizar e reivindicar, só fazendo isso porque são “manipulados”; e dizer que o movimento tem caráter partidário, pelo fato de uma das lideranças ter disputado eleições no passado [pelo PR].

Além da importância da mobilização e firmeza de uma categoria, expressa com a greve dos garis, outro aspecto ficou evidente: a quantidade de lixo jogado nas ruas pelos habitantes da cidade, apontando para a necessidade de uma nova forma de tratar os resíduos sólidos. 



SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.



Manifestar-se é legal

Está disponível na internet petição contra projeto de lei em tramitação no Congresso, que permite a prisão de manifestantes como terroristas. Alguns políticos, diz o texto, estão se aproveitando da morte do cinegrafista Santiago Andrade, ocorrida em 10/2, atingido por um rojão em manifestação no Rio de Janeiro, para mostrar a pertinência dessa lei, “que não resolverá o problema e que colocará em risco a democracia brasileira”. A petição ressalta, ainda, que “para casos como o do jornalista Santiago, já temos um código penal que pode ser aplicado”. Para assinar: https://secure.avaaz.org/pt/petition/Senado_Federal_Pelo_fim_do_AI5_da_Copa/

Sexo e Copa

A fabricante de produtos esportivos Adidas chegou a comercializar nos Estados Unidos, a propósito da Copa do Mundo no Brasil, camisetas com desenhos de mulheres de biquíni e corações simulando um bumbum com fio dental (foto), acompanhados dos dizeres *looking to score* (trocadilho que significa ao mesmo tempo fazer gols e conquistar mulheres). Flagrados pelo jornal *O Globo*, os produtos acabaram por ter sua comercialização suspensa pela própria empresa, dada a reação de repúdio do governo brasileiro e da sociedade civil. “Respeito se conquista com atitude firme, foi assim que o Brasil agiu”, disse a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que assinara nota pública (25/2) repudiando “qualquer iniciativa que vincule a imagem do nosso país a conteúdos de apelo sexual”. No texto, ela afirmou, ainda, que a Copa do Mundo representa oportunidade de o país receber turistas, “reforçando os laços de amizade e cooperação”, mas que estará pronto para “combater energeticamente quaisquer situações que envolvam exploração sexual”.

Tanto a ministra quanto a presidenta Dilma Rousseff, que pelo Twitter escreveu que “o Brasil está pronto para combater o turismo sexual”, divulgaram números de telefone para denúncias de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes e de mulheres: Disque 100 e Ligue 180, respectivamente. Vale todos anotarem.



REPRODUÇÃO

A favela sumiu

A comunidade do Vidigal foi eliminada da paisagem em uma foto que decorava o shopping Village Mall, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. A imagem foi manipulada com recursos digitais para que a comunidade, que ocupa a maior parte da área verde da encosta desaparecesse. O shopping, voltado



REPRODUÇÃO

ao segmento de luxo, explicou que o sumiço fora obra de um “especialista em decoração, que teria alterado o fundo da imagem por conta própria”, e retirou a foto do local. Os invisíveis aos olhos das políticas públicas e de parte da população agora estão sendo também apagados do mapa...



Legislação a favor dos agrotóxicos

O Conselho Deliberativo da Fiocruz, reunido em 20/2, divulgou carta aberta na qual instituição convoca a sociedade brasileira a tomar conhecimento das “inaceitáveis mudanças na lei dos agrotóxicos”, decorrentes da publicação no final do ano da Lei nº 12.873 /13 e do Decreto nº 8.133/13. A carta afirma a legislação já existente (Lei 7.802/89 e Decreto 4.074/2002) como conquista da sociedade e alerta para a pressão crescente dos conglomerados econômicos de

produção de agroquímicos para flexibilizar e suprimir a função reguladora do Estado. De acordo com o texto, o “processo em curso de desregulação sobre os agrotóxicos que atinge especialmente o setor saúde e ambiental no Brasil, está associado aos constantes ataques diretos do segmento do agronegócio às instituições e seus pesquisadores que atuam em cumprimento as suas atribuições de proteção à saúde e ao meio ambiente”. A íntegra da carta está em www.agencia.fiocruz.br.

SOS amamentação

Se as corporações não conseguirem privatizar o leite materno, como almeja a Nestlé (*Radis* 138), que quer patentear componentes de substâncias humanas, têm outras estratégias para garantir lucros. Desta vez, trata-se de questionar os benefícios da amamentação, de forma a favorecer o consumo de formulações artificiais. Estudo da Universidade do Estado de Ohio, Estados Unidos, publicado na revista *Social Science & Medicine*, sugeriu que a amamentação é supervalorizada e questionou estudos anteriores sobre os benefícios do leite materno, informou *O Globo* (7/3). A pesquisa dá a entender que as vantagens para a saúde de crianças amamentadas no peito decorrem

da condição social das mães. “Mães com mais recursos, níveis mais elevados de educação e de renda e mais flexibilidade nas programações diárias são mais propensas a amamentar seus filhos e por longos períodos de tempo”.

Maria Lúcia Futuro, uma das coordenadoras da ONG Amigas do Peito, acusa a indústria de alimentos para bebês de tentar fabricar dúvidas sobre a importância da amamentação. Ela observa que o estudo “tem um monte de furos, mas vai servir para que pessoas não tão esclarecidas questionem a amamentação”. A pesquisa foi amplamente contestada, mas sua simples publicação já indica: é preciso ficar alerta.

Só para os ricos

O dirigente da fabricante de medicamentos Bayer, Marijn Dekkers, deu declaração (23/1) que não deixou dúvidas sobre o lado em que a empresa está. Diante da quebra de patente na Índia do Nexavar, usado no tratamento do câncer, ele disse que a Bayer não desenvolve o medicamento para os indianos e sim para pacientes ocidentais que podem arcar com os custos. A licença

permitiu a venda de versões genéricas a preços até 97% mais baixos do que o cobrado pela Bayer. A declaração expõe as distorções da indústria farmacêutica, com foco no lucro e nas patentes, como analisou o médico Manica Balasegaram, da organização Médicos Sem Fronteiras. “Ao invés de parte do problema, as farmacêuticas deveriam ser parte da solução”, considerou. 

Para onde vai o lixo?

Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê fechamento dos lixões até agosto, mas somente metade dos municípios brasileiros chegaram a elaborar seus planos de gestão de resíduos

O tratamento do lixo em um aterro sanitário, como o de Seropédica (RJ): cobertura de terra sobre os resíduos compactados é o início do processo



Elisa Batalha

É lei desde 2010. A partir de 3 agosto de 2014, não será permitido descartar lixo em vazadouros a céu aberto — os lixões — sob pena de multa. Segundo a Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o material reciclável deve ser coletado separadamente, e o que não tiver aproveitamento deve ser levado a aterros sanitários. Apesar da proximidade do prazo, grande parte dos municípios não elaborou o seu Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, com soluções ambiental e socialmente adequadas para o problema do lixo. Conforme levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), apenas 9% dos municípios haviam elaborado o plano até 2012, quando venceu o prazo dado pela lei para essa etapa. Segundo dados da última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, de 2008, o país conta com 2.906 lixões, onde o lixo é depositado sem tratamento, em 2.810 municípios, mais da metade do total de municípios do país. O problema é mais grave em cidades de pequeno porte e na Região Nordeste. “Estimamos que, hoje, 51% dos municípios tenham elaborado o plano, mas acredito que é extremamente difícil, especialmente para os municípios pequenos, cumprir o prazo de

fechamento dos lixões”, diz o coordenador nacional da CNM, Valtenir Bruno Goldmeier. Segundo ele, a confederação encaminhou pedido de postergação do prazo de apresentação dos planos para até 2015.

O fechamento dos lixões é uma — a mais urgente — das medidas determinadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (que tramitou por quase 20 anos no Congresso antes de ser sancionada). Ações como realização de coleta seletiva, responsabilização compartilhada de empresas, poder público e consumidores sobre o lixo produzido fazem parte da agenda (*Radis* 102). Segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2010, apenas 2,4% de todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil são realizados de forma seletiva.

A discussão sobre como aperfeiçoar e acelerar a implementação da PNRS, esteve em debate nas etapas municipais e estaduais da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, integralmente dedicada ao tema. “Não é possível que se levem outros 20 anos para resolver o problema do lixo”, afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na abertura do evento, realizado em Brasília entre 24 e 27 de outubro de 2013. Ao seu lado, o então ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, apontou que o “problema é essencialmente urbano”, observando





FOTOS: CAROLINA NIEMEYER



FOTO: CULTURADERED

Francisco (acima): mais de 90% dos municípios sem orçamento para manter um aterro; Zilda: responsabilidade sobre recolhimento de alguns produtos é do fabricante; Izabella Teixeira: catador resolve problemas que criamos

que, em 2015, seremos 93% de brasileiros vivendo em cidades. “Não existe coleta seletiva na capital do país”, apontou Ronei Alves, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Ele lembrou que com o fechamento de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro (ver matéria na pág. 20), o título de maior lixão a céu aberto da América Latina passou ao lixão da cidade Estrutural, no Distrito Federal, que recebe 8 mil toneladas de resíduos por dia.

A conferência, que reuniu representantes da sociedade civil, do setor empresarial e do setor público, teve como proposta mais votada a que determina que a implementação da política deve “garantir recursos financeiros para que os municípios e Distrito Federal tenham condição para que as cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis executem o trabalho de coleta seletiva, triagem e educação ambiental nas regiões de sua localização, com a devida remuneração pelo poder público, disponibilizando espaços físicos para as suas instalações e ecopontos”. Os debates se deram em quatro eixos: Produção e consumo sustentáveis; Redução dos impactos ambientais; Geração de trabalho, emprego e renda; e Educação ambiental. Foram definidas 60 ações a serem priorizadas na implementação da política, quinze de cada eixo.

CORRIDA CONTRA O TEMPO

Os representantes das prefeituras e estados presentes à conferência se mostraram preocupados com o prazo para fechamento dos lixões, considerado curto. “Não podemos ser vistos como gestores irresponsáveis que só querem adiar prazos”, disse o representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Francisco Lopes. “Não é indisposição dos municípios. Todos queremos acabar com os lixões. Até agosto, será realidade em alguns estados e em outros, não”. Segundo ele, a construção e manutenção de aterros sanitários está fora do alcance da maior parte dos municípios. “Mais de 90% não têm orçamento para manter um aterro”, disse Francisco, que defende cobrança de taxa para cobrir os gastos extras dos municípios com a coleta seletiva. “É importantíssimo para garantir a sustentabilidade dos serviços”.

Para Vinicius Fonseca, representante do

Rio de Janeiro no movimento dos catadores, os prefeitos tiveram quatro anos para fechar os lixões, desde que a lei foi assinada, em 2010. “Eles alegam que não houve tempo. O Governo Federal vem alocando recursos. Muitas vezes essa verba é mal utilizada”, considerou.

De acordo com o professor José Cláudio Junqueira, da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade Fumec e da Escola Superior Dom Hélder Câmara, em Minas Gerais, só é viável economicamente manter um aterro sanitário com volume de resíduos gerado por pelo menos cerca de 100 mil habitantes. A reunião de vários municípios em consórcios para a construção e manutenção de aterros já ocorre em alguns estados, como no Paraná, e tem muitas vantagens, defendeu. “É importante agrupar os municípios para que se faça consorciamento. Dois terços dos aterros sanitários construídos nas últimas décadas voltaram a ser lixões por falta de manutenção”, informou.

O representante da Secretaria Nacional de Saneamento Básico do Ministério das Cidades, Sérgio Cotrim, observou que há avanços nos maiores centros urbanos, mas os municípios de menor porte encontram dificuldades. “Existe um problema orçamentário”, considerou. “É necessário resolver a sustentabilidade econômica e as fontes orçamentárias desses municípios”.

“Quem estabeleceu as metas foi o Congresso Nacional”, afirmou, em entrevista à *Radis* (ver pág. 16), o coordenador geral da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, Geraldo Abreu, diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Para ele, as prefeituras precisam agir. “O que o governo avalia é que não é possível, quatro anos depois da promulgação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, os prefeitos virem a Brasília pedir prorrogação de prazo para fechar os lixões e responderem que nada foi feito, quando perguntamos o que fizeram até o momento”.

SOLUÇÃO LIMITADA

Dispor de um aterro sanitário não garante destinação adequada dos resíduos, conforme

previsto na política nacional. Para Luiz Firmino Martins Pereira, da Subsecretaria Executiva de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, sem coleta seletiva, toda solução será limitada. “O aterro sanitário coloca o Rio de Janeiro no século 20, não no século 21”, observou. O Rio de Janeiro, por exemplo, deposita a maior parte do seu lixo em um aterro consorciado, no município vizinho de Seropédica. Embora tenha cumprido a meta de fechamento de seu lixão (em Gramacho), com tecnologia adequada, ainda não resolveu a questão da coleta seletiva.

O fim dos lixões e o sucesso da Política Nacional de Resíduos Sólidos dependeria, ainda, de uma mudança geral de comportamento. “É preciso que todos estejam engajados na separação do lixo nas casas, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos e nas empresas. É difícil atingir essas metas se não houver mudança no comportamento das pessoas”, analisou José Cláudio.

LOGÍSTICA REVERSA

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinado produto que possa causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana devem criar um sistema de recolhimento e destinação final independente dos sistemas públicos de limpeza urbana. Ou seja, quem pôs o produto na rua tem que ajudar a recolher e evitar que ele vá se acumular nos aterros. “A logística reversa é uma materialização da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Significa que, para alguns produtos, a responsabilidade sobre o recolhimento após o consumo é de fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores de maneira compartilhada, e o consumidor também entra nessa divisão de tarefas”, afirma Zilda Veloso, do Departamento de Meio Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente.

Eletroeletrônicos, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes e embalagens de óleos lubrificantes são os itens de logística reversa obrigatória e sobre os quais se vêm fazendo acordos setoriais. Resíduos hospitalares e embalagens de agrotóxicos já são regidos por regulamentação específica, que dita procedimentos para sua destinação adequada, para evitar contaminação de pessoas e do ambiente. O setor de óleos lubrificantes foi o primeiro a aderir ao acordo setorial, em dezembro de 2013.

PROFISSÃO RECONHECIDA

Os representantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais recicláveis (MNCR) tiveram protagonismo na conferência, defendendo com veemência seus pontos de vista. Foi vitoriosa, por exemplo, uma das mais discutidas propostas do evento, que tratava de alteração na lei com objetivo de proibir toda e qualquer incineração de resíduos sólidos. “São milhares de pessoas que vão perder o seu sustento se materiais recicláveis forem incinerados. Incineração é um monstro, um equívoco, é queimar dinheiro. Materiais recicláveis e orgânicos têm que ser tratados, não incinerados. Só o que não



FOTOS: CAROLINA NIEMEYER

tiver aproveitamento, os rejeitos, é que devem ter essa destinação. É obsoleto e não é ambientalmente, socialmente e economicamente viável”, apontou Vinicius Fonseca, do MNCR do Rio de Janeiro.

A inclusão social do catador na cadeia de resíduos é considerada um dos aspectos mais avançados e ao mesmo tempo mais complexos da PNRS. O papel atribuído a eles na política é de grande relevância. “O catador é um agente social de transformação que resolve muitos dos problemas que nós criamos”, resumiu a ministra Izabella Teixeira. São aproximadamente 600 mil trabalhadores que têm na coleta de resíduos sua fonte de renda (ver matéria na pág. 14).

Apesar de a profissão de catador já ter sido reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002, as condições em que esses trabalhadores atuam são precárias, incluindo-se a exploração econômica de que são alvo, por parte de empresários e atravessadores. “O catador tem que ser remunerado pelo trabalho. É injusto remunerar pelo material e não pelo serviço de logística reversa que prestam”, defendeu Pedro Moura Costa, da BV RIO, empresa que trabalha com créditos de logística reversa, ou seja, uma forma de quantificar e dar valor de mercado ao serviço de coletar, recuperar e dar destinação adequada aos resíduos sólidos, incluindo o material reciclável. “É uma forma de comércio de ativos ambientais. Os mais conhecidos ativos ambientais são os créditos de carbono”, explicou.

Ele informou que somente 2% do lixo no país são reciclados e 65% desse lixo são coletados por catadores. Do material reciclável coletado, 95% são latinhas, com maior valor de mercado. “A contribuição da indústria com pontos de coleta voluntária tem sido simbólica. A coleta seletiva fica como um *pepino* que cai em cima do serviço público”. Para Pedro, existe discrepância de poder de barganha entre catadores e indústria. “É uma negociação desbalanceada”, definiu.

Ronei (E): título de maior lixão passou de Gramacho (RJ) para Cidade Estrutural (DF); Vinicius: prefeitos tiveram quatro anos para cumprir a política de resíduos sólidos

Causa defendida na conferência pelos catadores, contra a incineração, foi alvo de embates e saiu vitoriosa: “Incinerar é queimar dinheiro”





FOTOS: CAROLINA NIEMEYER

Catadores tiveram protagonismo na conferência: são pelo menos 400 mil no país e profissão foi inserida no Código Brasileiro de Ocupações

Catadores: excluídos e necessários

Não existe lixo. Essa afirmação foi feita repetidas vezes durante a Conferência Nacional de Meio Ambiente, em especial, pelos catadores ali presentes, para quem uma coisa é certa: tudo é reciclável. Cerca de 1,5% da população economicamente ativa da América Latina e da Ásia, conforme estima o Banco Mundial, tira seu sustento da atividade de catar, separar, transportar, condicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem. No Brasil, de acordo com o relatório *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada em 2013, essa população é de 400 mil a 600 mil pessoas, das quais dependem outras centenas de milhares, somando um contingente de um milhão e meio de pessoas que sobrevivem do trabalho do catador. “Como as pesquisas são autodeclaratórias ou baseadas em domicílio fixo, é provável que esse número seja maior”, afirma Fernanda Goes, pesquisadora do Ipea e participante da elaboração do relatório, baseado nos dados do Censo 2010 e da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012. Outro problema relacionado à contagem diz respeito à natureza dessa ocupação, que, por ser marcada pela informalidade, está sujeita às flutuações do ambiente econômico e da demanda por trabalho em outros setores.

O relatório considera que os catadores realizam “serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual das cidades, atuando na coleta de materiais para reciclagem que, caso fossem descartados, ocupariam maior espaço em aterros sanitários e lixões”. De acordo com o texto, os catadores “transformam o lixo (algo considerado inútil a princípio) em mercadoria outra vez (algo útil, dotado de valor de uso e de valor de troca)”.

“É um trabalho muito digno”, concorda Maria Aparecida Lopes Lamiche, separadora na Cooperativa Recicla Ourinhos, em São Paulo. Ela recebe R\$ 800 reais fixos pelo trabalho na cooperativa mais um parte do valor de venda dos materiais. A partir da inserção da categoria profissional de catador de material reciclável no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), em 2002, a profissão passou



a aparecer com mais clareza nas pesquisas e censos demográficos do IBGE. Até então, os catadores eram identificados por diferentes nomenclaturas utilizadas ao longo do tempo, muitas delas rechaçadas por eles próprios, considerando-as pejorativas, como *lixeiro*, por exemplo.

Maria Aparecida não é a regra nessa população heterogênea. Os dados apontam que o universo de trabalhadores que se reconhecem como catadores são em sua maioria do sexo masculino e negros (66%), com relações de trabalho fortemente marcadas pela informalidade, com baixa escolaridade, baixa cobertura previdenciária e residentes em áreas urbanas com deficiências de infraestrutura domiciliar graves, principalmente sem saneamento. “É um grupo negro, que vive em um lugar segregado”, resume Fernanda.

A taxa de analfabetismo entre os catadores fica em 20,5%, o dobro do índice registrado na população em geral. Na região Nordeste a taxa sobe para 34%. São pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa de sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, dadas as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho, como analisa o relatório. Os primeiros registros sobre catadores, de acordo com o estudo, datam do século 19, o que demonstra que o fenômeno praticamente acompanhou todo o processo de urbanização no país.

Os catadores não configuram uma população extremamente pobre. A renda média auferida por eles nos últimos anos tem superado o valor do salário mínimo em quase todas as regiões (com exceção do Nordeste). O índice de pobreza extrema — menos de R\$ 70 per capita mensais — nos domicílios desses trabalhadores ficou em 4,5%, bem inferior à média geral nacional. “O negro fez dessa ocupação à margem um sucesso”, observa a pesquisadora.

Há, no entanto, riscos aos quais são frequentemente submetidos: exposição ao calor, a umidade, ruídos e chuva, quedas, atropelamentos, cortes e mordedura de animais, contato com ratos e moscas, inalação de gases e a fumaça que exalam dos resíduos sólidos acumulados, sobrecarga de trabalho e levantamento de peso e contaminações por materiais biológicos ou químicos, entre outros. A atividade, assim, é considerada insalubre em grau máximo, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), exigindo cuidados como equipamento de proteção

e adequação dos locais onde o trabalho se realiza.

Mesmo exercendo atividade reconhecidamente benéfica para a sociedade, os catadores sofrem preconceito devido à natureza de sua atividade — por trabalharem com o que a sociedade chama de lixo. Em alguns casos são observadas relações de conflito com moradores próximos aos galpões de armazenamento do material recolhido ou postos de triagem de resíduos. De acordo com o Ipea, existem relatos de incêndios criminosos nos locais, na tentativa de forçar os catadores a buscarem outro endereço.

Com o avanço da atividade de reciclagem nos últimos anos, passou a ser mais comum encontrar catadores empregados por empresas especializadas nesse processo — com carteira de trabalho assinada —, trabalhando em locais fixos de catação, separação e classificação do material reciclável. “Há uma desigualdade de renda de catadores de acordo com a região do país, e também pela localização da atividade, perto ou não de indústrias”, comenta Fernanda.

A região Sudeste concentra 161.417 catadores, o que representa 41,6% do total. O estado de São Paulo possui o maior contingente, 79.770 trabalhadores, praticamente a soma do que registram os outros três estados da região, e o equivalente a 20,5% de todos os catadores do país. A região Nordeste vem em seguida, com 116.528 catadores. Já o Norte possui o menor contingente, 21.678, representando 5,6% do total.

O levantamento do Ipea mostrou, ainda, que existem quase quatro residentes (3,7) no domicílio para cada pessoa que declarou trabalhar com a coleta de material reciclável no Brasil, relação que pouco varia entre as regiões. Esse resultado demonstra a existência de uma quantidade maior de crianças em relação aos adultos nesses domicílios que na média nacional. As regiões Sul (53,5%) e Nordeste (53,3%) apresentam as maiores razões de dependência de crianças nos domicílios com catadores, e a menor é a do Sudeste (43,6%). “Existe trabalho infantil entre os catadores, como em todas as áreas econômicas. Vemos lixões com mil, mil e quinhentas crianças”, observou, durante a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, a deputada federal Marina Sant’anna (PT-GO), da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. “Um condicionante para o financiamento de obras e iniciativas de inclusão dos catadores deve ser a instalação de creches”, defendeu. (E.B.)

Maria Aparecida (E): R\$ 800 para separar resíduos, mais parte do valor da venda; Fernanda: renda desigual entre catadores, dependendo da região do país e da proximidade de indústrias



FOTO: CAROLINA NEMEYER

ENTREVISTA | GERALDO ABREU

'A inércia não cabe mais no Brasil'

Os municípios podem até não conseguir cumprir a meta de fechar seus lixões, mas, ao final do prazo, em agosto deste ano, precisam ter dado alguns passos nessa direção e mostrar o que foi feito. A palavra final é do Ministério Público, mas é possível haver termos de ajustamento de conduta. "Ficar no zero não dá", considera o coordenador geral da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, Geraldo Abreu, diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Para ele, junto com os lixões, é preciso "erradicar esse tipo de comportamento de esperar o tempo passar e depois procurar a Presidenta da República".

Nesta entrevista à *Radis*, realizada durante a conferência, em outubro, ele ressaltou a importância do planejamento e do diálogo com os diversos setores da sociedade para que a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos se concretize. "O problema hoje é que a gestão é incorreta e cara", considera. "É possível ter a gestão correta gastando o mesmo ou menos do que se gasta".

Como vê os entraves apresentados pelos municípios, para implementação da PNRS, como pouco tempo, falta de tecnologia, reorganização do trabalho e inserção da mão de obra dos catadores?

Nenhum é insuperável. Pelo contrário, todos os gargalos nos colocam uma série de alternativas e possibilidades. Não preciso ter planejamento. Com os lixões, a grande maioria dos catadores retira os materiais recicláveis de forma subumana e insalubre. Na medida em que propomos o encerramento dos lixões, precisamos dizer para onde esses trabalhadores vão. Os trabalhadores devem se organizar em cooperativas, e o governo está trabalhando para isso. Trata-se de algo em torno de 600 mil trabalhadores nessa atividade, e apenas 15% organizados em cooperativas. Precisamos ampliar essa

organização. O setor empresarial também participa da conferência e tem também papel fundamental na implementação da política, por meio de uma produção mais sustentável, mais limpa, que gere menos resíduos. Também o consumidor faz parte do processo. Precisamos educar o cidadão para que ele faça melhores escolhas em relação ao consumo e faça também a opção correta quando for descartar os produtos que adquiriu.

Que municípios terão mais facilidade para por em prática a política nacional?

Em centros urbanos, pela escala de produção de resíduos, é mais viável economicamente a coleta, uma vez que a quantidade de material reciclável é maior. Em lugares mais remotos, vai ser necessário criatividade para encontrar soluções compartilhadas [com municípios vizinhos]. Se o município é isolado, de todo resíduo úmido (material orgânico), ele pode fazer a compostagem. O resíduo seco pode ser armazenado, e na medida que houver um volume que dê escala comercial, ser transportado para um centro com capacidade de fazer a reciclagem. Isso tudo demanda planejamento e diálogo com a sociedade.

E em relação ao prazo final de agosto de 2014?

Para o fim dos lixões, de fato, é esse o prazo. Mas em relação ao plano nacional como um todo, o horizonte é bem razoável, há uma estimativa de 20 anos para que os municípios atinjam totalmente suas metas. Uma das cadeias de logística reversa que deu certo, e chegou a 94% de retorno é a das embalagens primárias de agrotóxicos. Os Estados Unidos só têm 33% de retorno das embalagens; França tem 73% e é o país que fica em segundo lugar. Temos que mirar nessas experiências bem sucedidas espalhadas pelo Brasil. Uma latinha de alumínio deixada na rua não passa mais de uma hora ali, e alguém vem e recolhe. O problema hoje é que a gestão é incorreta e cara. É possível ter a gestão correta gastando o mesmo ou menos do que se gasta.

As prefeituras consideram que não há tempo para o fechamento de todos os lixões até agosto...

Quem estabeleceu essas metas foi o Congresso Nacional. O que o governo avalia é que não é possível, quatro anos

depois da promulgação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, os prefeitos virem a Brasília pedir prorrogação de prazo para fechar os lixões e responderem que nada foi feito, quando perguntamos o que fizeram até o momento. Na Conferência de Meio Ambiente valorizamos a importância de as prefeituras darem alguns passos, para que, em agosto, possamos minimamente olhar para trás e ver que algo foi feito. Agora, ficar no zero não dá. Precisamos, sim, erradicar esse tipo de comportamento de esperar o tempo passar e depois procurar a Presidenta da República. A inércia não cabe mais no Brasil. Precisamos dar passos em direção às soluções dos problemas.

O que pode acontecer com aqueles que não cumprirem a meta?

Cabe a quem fiscaliza a aplicação da lei. O Ministério Público vai cobrar a fiscalização das metas. Nos casos em que as metas não forem atingidas, existem também termos de ajustamento de conduta, termos permitidos legalmente para que haja uma adaptação nos prazos acordados e pactuados, com o Ministério Público. Acredito que os prefeitos vão se esforçar, as soluções são possíveis. Mas é necessário muito diálogo com a sociedade. Se não tivermos a contribuição do cidadão, fica muito difícil. A lei traz isso como recomendação e nós não podemos perder isso de vista.

E como deve se dar esse diálogo entre poder público e cidadãos na implementação da PNRS?

Nós temos percebido boa adesão dos cidadãos a esse debate. Se eu, na minha casa, separo meu resíduo, mas o caminhão passa na minha porta e junta tudo, fica contraproducente, o cidadão sente-se desrespeitado. Os municípios deveriam ter feito o plano de gerenciamento de resíduos sólidos até dois anos depois da publicação da lei, ou seja, até 2012. Todos os municípios já tinham que ter dito ao cidadão que ele deve fazer a separação de resíduo seco e molhado, no mínimo, dentro da sua casa, e que a prefeitura faz o recolhimento de cada tipo de resíduo em dias diferentes. Isso já poderia estar bem mais visível para o cidadão. Ele quer ajudar, mas é necessário que seja orientado sobre como fazer isso. E quem diz como o município vai ser gerido é a prefeitura. (E.B.)



FOTO: FELIPE PLIUSKA

Sem 'lixão' desde 1993, Ourinhos é premiada por apoio a catadores

“É só separar o lixo seco dos restos de comida. Não tem que ficar inventando”. É assim, de forma simples, que Matilde Ramos da Silva Brás ensina aos moradores do município de Ourinhos, em São Paulo, como entregar os materiais recicláveis para a coleta seletiva. Matilde é presidente da cooperativa Recicla Ourinhos, responsável por recolher nas calçadas — e até de porta em porta — o material destinado à coleta seletiva da cidade, de cerca de 105 mil habitantes. A cidade recebeu, em dezembro de 2013, o prêmio Cidade Pró-Catador, promovido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por ser considerada exemplo de inclusão social dos catadores na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Matilde estava ao lado da prefeita de Ourinhos, Belkis Fernandes, na entrega do prêmio, em São Paulo, pela presidenta Dilma Rousseff, e viajará para a Itália este mês, também por conta

da premiação, para conhecer iniciativas inovadoras de reciclagem. Criada no antigo lixão da cidade, Matilde, 30 anos, é filha de catadora e sempre viveu da coleta e separação de resíduos. Hoje, faz parte do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Ourinhos foi uma das primeiras cidades a parar de depositar seu lixo a céu aberto, em 1993, e a apoiar os catadores na formação de cooperativa e na coleta seletiva. O lixão foi transformado em aterro controlado. O recolhimento de lixo comum na cidade fica a cargo da Superintendência de Água e Esgoto (SAE). Já a coleta seletiva (lixo seco) é feita pela cooperativa Recicla Ourinhos, contratada pela SAE para prestar serviços à cidade. Atualmente com 87 trabalhadores, a cooperativa separa e revende os materiais recicláveis coletados, cerca de 126 toneladas por mês. Além do valor

Esteira de separação de materiais na cooperativa de Ourinhos (SP): cidade foi uma das primeiras a deixar de depositar lixo a céu aberto, em 1993



Aparecida (acima): “É só separar lixo seco de restos de comida”; Carlos: resistência inicial dos catadores ao fim do lixão; Haroldo: “eles prestam serviço para a cidade”; Kelly: alternativas para os catadores

da venda dos materiais, os trabalhadores recebem pagamento fixo de R\$ 800 por mês e fazem refeições no local, custeadas pela cooperativa. A carga horária vai das 7h às 18h, com parada de uma hora para almoço e outra para o café da tarde. “Nem todos os antigos catadores passaram a trabalhar na cooperativa. Alguns não se adaptaram, principalmente os que tinham problema com alcoolismo”, conta o superintendente da SAE, Haroldo Adilson Maranhão.

RESISTÊNCIA

O funcionário da SAE Carlos Alberto Alves acompanhou o processo que levou o antigo lixão a se tornar um aterro controlado (sem os recursos, ainda, do aterro sanitário, mas cobrindo o lixo e eliminando a fonte original de poluição). “Passávamos a máquina e as pessoas ficavam na frente, em cima do lixo”, recorda-se, referindo-se à resistência dos catadores ao fim do lixão, de onde tiravam seu sustento. Até 2004, conta, ainda havia famílias trabalhando no aterro. “É um problema social complicado. É preciso dar alternativas a essas pessoas”, ressaltou Kelly Bordinhon, chefe de Benefícios e Assistência Social da prefeitura de Ourinhos. Hoje cercado e operado apenas por funcionários da SAE, o aterro controlado funciona também como Ecoponto para entrega de pneus para reciclagem.

A coleta seletiva abrange 40% da cidade e, segundo Haroldo, o objetivo é estendê-la a todas as ruas. “A prefeitura remunera os trabalhadores da cooperativa porque entendemos que eles prestam serviço para a cidade”, diz Haroldo. “Conseguimos, ainda, banheiro, barracões, refeitório e outros equipamentos para a cooperativa”, conta. “Se a coleta for estendida para toda a cidade, poderemos ter mais dez trabalhadores”, calcula Matilde.

Ela lembra que o processo de fechamento do lixão e criação do aterro controlado deu-se depois de intensas negociações entre prefeitura e catadores. “Quando o lixão foi fechado, muitas pessoas não queriam deixar de catar material reciclável. Não é só geração de renda, mas também um serviço ambiental”, considera. “Muitas prefeituras não entendem isso e acham que catador tem que ganhar uma cesta básica e sair do local”, analisa.

REDUÇÃO DO VOLUME

Mesmo com boas práticas administrativas, Ourinhos enfrenta problemas comuns a cidades de médio porte, no que diz respeito ao volume de resíduos. Com 86 toneladas de lixo comum depositadas todos os dias, o aterro está chegando ao limite de capacidade. Além disso, há outro problema: a cidade não dispõe de localização adequada para instalação de um aterro sanitário

Caçamba de coleta do Projeto Recicla Ourinhos: objetivo é reciclar o mais próximo do total do lixo produzido na cidade





FOTOS: FELIPE PLAUSKA

caso de Ourinhos. “Onera muito transportar para longe”, explica. “A solução para a questão do lixo é reciclar mais. Além do trabalho de inserção e qualificação profissional dos catadores, temos que conseguir aumentar a adesão da população para que separe mais o lixo dentro das casas. Ainda se joga muita coisa fora”, avalia Haroldo.

CARTILHA

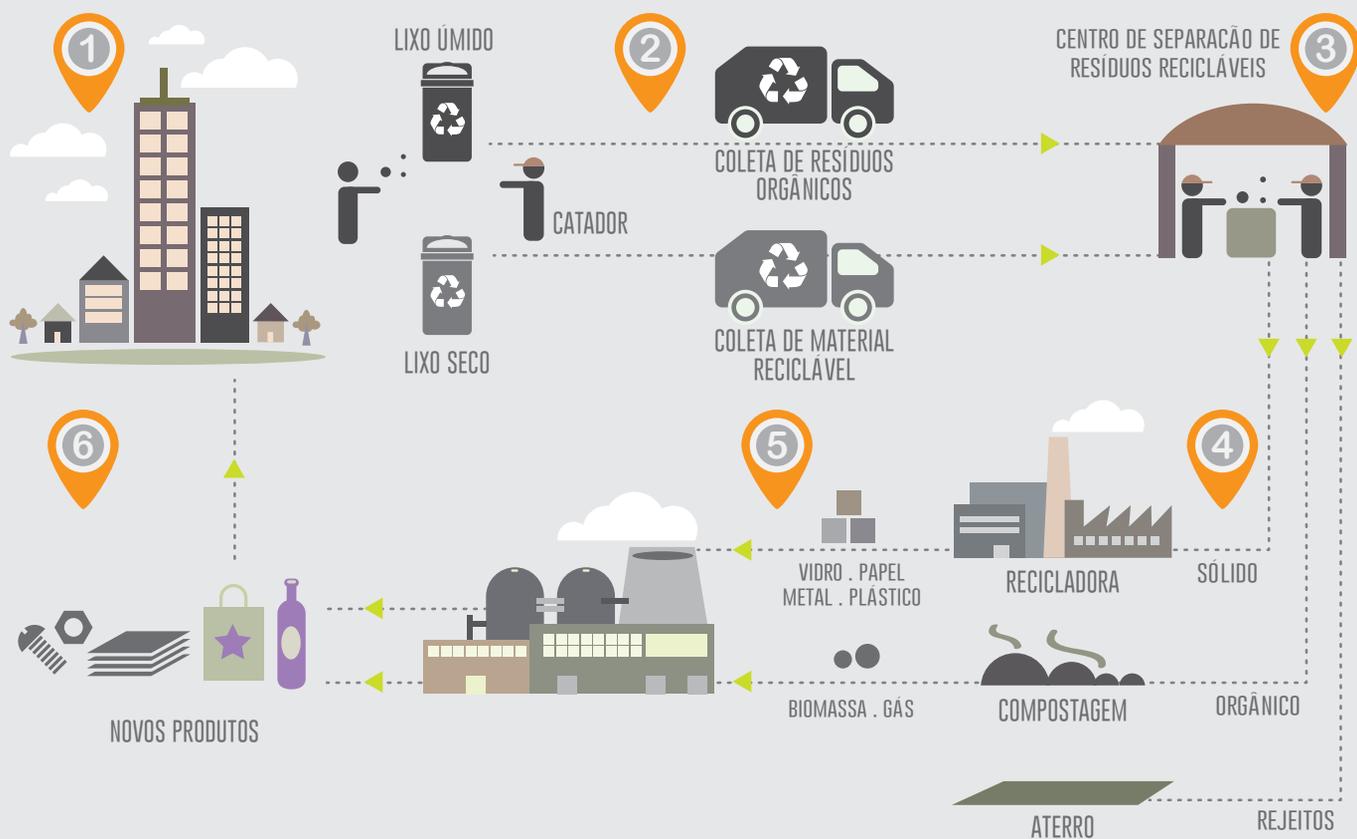
Sobre o prazo para fechamento de todos os lixões até agosto de 2014, previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, ele considera que o prazo não é curto. “A situação dos resíduos sólidos no país é que é muito complicada”.

O exemplo de inserção social dos catadores de Ourinhos pode ser seguido por outras cidades, segundo ele. “Nós inovamos, mas hoje existe cartilha para ser seguida”, observa. O prêmio recebido por Ourinhos é uma das iniciativas do Programa Pró-Catador, instituído pelo Governo Federal em 2010, pelo decreto 7.405. O programa prevê assinatura de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação e outros instrumentos para capacitação, formação, assessoria técnica, incubação de cooperativas e empreendimentos sociais solidários. O apoio e viabilização de pesquisas e estudos sobre o ciclo de vida dos produtos e a responsabilidade compartilhada, aquisição de equipamentos, adaptação de infraestrutura física e organização de cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de trabalhadores em materiais recicláveis e reutilizáveis também fazem parte do programa. (E.B.)

— o terreno precisa estar distante pelo menos 20 quilômetros de qualquer aeroporto, segundo as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), devido à presença de aves (urubus e garças) que podem provocar acidentes aéreos. “A ideia é conseguir reciclar o mais próximo possível de 100% do lixo produzido pela cidade. O que não puder ser transformado em adubo terá que ser transportado para outro aterro”, planeja Haroldo. “Mas o transbordo encarece muito, por conta do combustível, e não considero adequado depositar o lixo da nossa cidade em outro município. Isso seria transferir o problema”.

Uma possibilidade que alguns municípios vêm avaliando é a criação de aterros consorciados, onde vários municípios possam depositar seu lixo conjuntamente. Haroldo, no entanto, não considera essa opção como a mais válida para o

O MELHOR DESTINO PARA OS RESÍDUOS





Vista aérea da central de tratamento de Seropédica, que recebe os resíduos do Rio de Janeiro, após fechamento do lixão de Gramacho

De Gramacho a Seropédica

Raquel Ribeiro *

Em um país que tem carência de energia, o lixo, vilão das grandes cidades, tornou-se solução energética no município de Duque de Caxias (RJ), com o fim do lixão de Gramacho, em junho de 2012. Durante 35 anos, Gramacho, até então, o maior depósito de lixo a céu aberto da América Latina, recebeu todo o lixo da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, o equivalente a 9,5 mil toneladas de resíduo domiciliar diários. Com o consórcio Novo Gramacho reunindo três empresas, (JMalucelli Construtora de Obras AS, Synthesis Empreendimentos e S.A. Paulista), estabelecido em 2008, em contrato de 15 anos de concessão com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), o lixão deu lugar a um aterro e viabilizou-se a exploração e o aproveitamento do gás metano gerado pelo lixo e a recuperação do manguezal localizado na região. Os resíduos sólidos do Rio de Janeiro passaram a ser levados para a Central de Tratamento de Resíduos (CTR), no município vizinho de Seropédica, que tem vida útil prevista de 25 anos.

O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho tornou-se o único fornecedor de biogás do mundo para uma refinaria de petróleo, a Reduc. O gás percorre seis quilômetros até chegar ao destino

final, suprindo, com 70 milhões de metros cúbicos por dia, 10% da demanda energética da refinaria. “Com esse volume, seria possível abastecer todos os estabelecimentos comerciais e todas as residências do Estado do Rio”, compara o engenheiro ambiental e coordenador da Novo Gramacho Energia Ambiental, Diogo Arantes.

O efeito do biogás na atmosfera é considerado 24 vezes mais nocivo do que o efeito estufa. Composto por 50% de gás carbônico (CO₂) e 50% de gás metano (CH₄), o biogás é tratado pela usina, queimado e purificado para poder ser vendido à Reduc. “A exploração do gás tem papel fundamental para a recuperação do aterro”, explica Diogo. “Entramos com a finalidade de explorar o gás e fazer a gestão ambiental do aterro. A intenção não era simplesmente abandonar e fazer um parque. Como havia produção de gás, buscamos aproveitá-lo como fonte de renda para recuperar o próprio Aterro, já que ela pode durar de 10 a 12 anos”, diz, explicando que não estava prevista receita adicional para essa recuperação.

Foi construída, ainda, no local, uma estação de tratamento do chorume — líquido preto altamente poluente originado da decomposição do

* Estágio supervisionado



lixo. De acordo com Diogo, 1,5 milhão de litros de chorume são tratados diariamente. “Isso garante a redução da contaminação da Baía de Guanabara”.

Apesar das melhorias trazidas pelo consórcio Novo Gramacho, Diogo aponta que houve falha na desativação dos catadores, que deveriam ter recebido orientação para serem inseridos no mercado de trabalho. “Foi feito um cálculo ilusório de quanto os catadores iriam gastar em 15 anos e deram aos catadores os recursos equivalentes. Eles receberam indenização em vez de preparação. Na verdade, demos um dinheiro a pessoas que não saberiam como usá-lo”, analisou.

Em Seropédica, o novo aterro sanitário, em operação desde 2011, recebe diariamente 400 carretas, com 9 mil toneladas de lixo por dia, com gestão dos resíduos realizada pela empresa Ciclus, uma concessão da Comlurb. A empresa é responsável pela transferência, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos. Conta também com estação de tratamento de chorume, para transformação em água, que pode ser lançada nos rios.

De acordo com informações da CTR, o terreno, com extensão de dois milhões de metros quadrados, passou por longa preparação, para que o lixo recebido não contaminasse o solo e, assim, fosse denominado aterro sanitário. Foram investidos R\$ 450 milhões.

O lixo retirado das ruas do Rio de Janeiro pela Comlurb é levado por caminhões para a estação de transferência mais próxima e deslocado para uma carreta com capacidade equivalente à de quatro caminhões, que leva o lixo para Seropédica. “As estações de transferência minimizam a poluição e os impactos ambientais e sociais da cidade”, explica a superintendente de Operações de Seropédica, Priscila Zidan. Ao chegar no aterro sanitário, o caminhão é pesado, descarregado e o lixo é compactado com o uso de tratores, e coberto por terra. Essa mesmo procedimento é feito cerca de 400 vezes por dia.

“A CTR Rio tem tempo de vida útil estimado em 25 anos. Após este período, quando não haverá mais capacidade de receber resíduos, toda a área receberá argila e cobertura vegetal e plantio de espécies do ecossistema local. Ainda existe a possibilidade de transformar o local em praça com quadras de esportes”, diz Priscila.

Priscila explica que a CTR foi responsável também pelo encerramento dos lixões de Seropédica e Itaguaí, e a recuperação ambiental do lixão de Seropédica, com acompanhamento aos cerca de cem ex-catadores que ali trabalhavam. “Eles recebem acompanhamento social e incentivo à escolaridade, em parcerias com a Caixa Econômica Federal e o Banco Mundial”.

Priscila (E): após 25 anos de vida útil, novo aterro receberá cobertura vegetal e poderá virar praça; Diogo: fim do lixão não contemplou inserção dos catadores

Usina de biogás criada em Gramacho para aproveitar o metano gerado pelas toneladas de lixo abastece a refinaria Reduc



Pica



Para se proteger da malária, morador da Tanzânia recorre a rede para cama tratada com inseticida: OMS pede 150 milhões por ano na África

Queda que ameaça

OMS alerta para riscos das doenças transmitidas por vetores

Bruno Dominguez

Pequenas picadas, grandes ameaças. Esse é o mote da campanha da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Dia Mundial da Saúde de 2014, comemorado em 7 de abril. Anualmente, a instituição define um tema de saúde pública a ser priorizado pelos países; a intenção desta vez é alertar para os riscos das doenças vetoriais, aquelas que não passam diretamente de pessoa para pessoa, sendo necessários vetores, como mosquitos, moscas, carrapatos, caramujos e outros insetos, para a condução dos microorganismos contaminadores (ver box na pág. 24).

“A escolha da OMS é importante para lembrar que essas doenças são passíveis de controle. Se você elimina o vetor, você elimina a doença”, analisa o chefe do Departamento de Medicina Tropical do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), o tropicalista José Rodrigues Coura, especialista em doenças infecciosas e parasitárias.

A transmissão das doenças pelos vetores — entre elas, malária, dengue, febre amarela, leishmaniose e doença de Chagas — pode se dar com apenas uma picada. Segundo a organização, metade da população mundial está em risco, especialmente em áreas tropicais e em lugares com problemas no acesso a água potável e a saneamento. A estimativa é que um milhão de pessoas morrem por ano em decorrência dessas doenças.

‘TRAGÉDIA DO SÉCULO 21’

Somente a malária causou 627 mil mortes em 2012, em um total de 207 milhões de infectados. A maior parte das vítimas está na África, que concentra 80% dos casos da doença. De acordo com o Relatório Mundial de Malária 2013, da OMS, 3,4 bilhões de pessoas estão em risco

de ser infectadas na África e no sudeste da Ásia. “O fato de que tantas pessoas estão sendo infectadas e morrendo por picada de mosquito é uma das grandes tragédias do século 21”, comenta a diretora da OMS, Margaret Chan, no documento.

A medida de prevenção mais comum por lá é a distribuição de redes para cama tratadas com inseticida. Mas essa e outras formas de controlar o mosquito tiveram queda pelo segundo ano seguido, informa o texto. Em 2012, foram distribuídas 70 milhões de redes em países onde a malária é endêmica, quando seriam necessárias 150 milhões por ano para garantir que todos estivessem protegidos. Na África subsaariana, a proporção de famílias com acesso a essas redes de proteção está abaixo de 50%.

“A OMS tem que olhar para esses países, muito pobres, e o Dia Mundial da Saúde é uma maneira de estimular a prevenção dessas doenças”, observa Coura. “O Brasil conseguiu controlar a malária nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e em parte do Centro-Oeste, mas ainda temos cerca de 300 mil casos da doença por ano na Amazônia”.

BRASIL CONTRA A DENGUE

Por aqui, aponta o pesquisador, a maior preocupação é com a dengue — “aguda, crescente e com forma hemorrágica grave”. Em 2013, o Ministério da Saúde registrou 1,4 milhão de casos prováveis de dengue. Entre 2000 e 2010, foram 8,44 milhões. “Podemos multiplicar esse número por 10, já que apenas 10% dos casos são notificados, somando 80 milhões de brasileiros infectados por algum tipo do vírus da dengue”, comenta Coura.

A incidência de dengue cresceu dramaticamente pelo mundo nas décadas recentes, segundo a OMS. Hoje, mais de 2,5 bilhões de pessoas — ou 40% da população mundial — estão em risco de contrair a doença, e os casos chegam a



Cartaz da OMS para o Dia Mundial da Saúde alerta: “Pequenas picadas, grandes ameaças”

100 milhões por ano. “Antes de 1970, somente nove países tinham experimentado epidemias severas de dengue. E a doença agora é endêmica em mais de cem países na África, nas Américas, no leste do Mediterrâneo, no sudeste da Ásia e no Pacífico Ocidental”, informa a organização.

As medidas de prevenção são conhecidas, mas nem sempre seguidas. Na avaliação de Coura, faltam ações de controle do *Aedes aegypti* no Brasil: “O Governo Federal passou a tarefa para os municípios, mas muitos não cumprem essa tarefa. E é impossível controlar a doença se um município atua e outro não. O inseto não reconhece fronteiras”. O pesquisador

lembra que prevenir sai mais barato do que tratar pessoas já infectadas — e ainda evita mortes.

PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA

Por outro lado, o Brasil recebeu da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) a Certificação Internacional de Eliminação da Transmissão da Doença de Chagas pelo *Triatoma infestans*, conhecido popularmente como barbeiro, principal vetor de transmissão da doença no país, em 2006. Hoje, os novos casos estão relacionados principalmente ao consumo de açaí contaminado por outros vetores.

A OMS afirma que o objetivo da campanha do Dia Mundial da Saúde é aumentar a visibilidade das doenças vetoriais e divulgar formas de preveni-las. As famílias que moram em áreas de risco devem estar protegidas com a instalação de telas mosquiteiras ou redes para cama. Viajantes devem usar repelentes, tomar vacina contra febre amarela e usar roupas compridas e de cores neutras.

Aos governos, a organização recomenda melhorar as medidas de prevenção e as de vigilância. “A globalização e os desafios ambientais, como as mudanças climáticas e a urbanização, estão impactando a transmissão de doenças vetoriais e causando o aparecimento delas em lugares onde antes não existiam”, informa a OMS.

Nos países em que essas doenças são ameaças emergentes, a indicação é para que autoridades sanitárias trabalhem em conjunto com autoridades do meio ambiente e com nações vizinhas para aprimorar as ações de vigilância de vetores e tomem medidas que previnam sua proliferação. Nos países em que as doenças vetoriais já são um problema de saúde pública, os ministros da Saúde devem estabelecer como prioridade ações que garantam a proteção da população. 

Doenças e seus vetores

• **Malária:** A malária é uma doença infecciosa, febril, causada pelo parasita do gênero *Plasmodium*, transmitido ao homem, na maioria das vezes, por mosquitos infectados. No Brasil existem três espécies de *Plasmodium* que afetam o ser humano. O mais agressivo é o *P. falciparum*, que se multiplica rapidamente na corrente sanguínea, destruindo de 2% a 25% do total de hemácias (glóbulos vermelhos) e provocando um quadro de anemia grave.

• **Leishmaniose:** As leishmanioses são um conjunto de doenças causadas por protozoários do gênero *Leishmania* e da família *Trypanosomatidae*. De modo geral, essas enfermidades se dividem em leishmaniose tegumentar americana, que ataca a pele e as mucosas, e leishmaniose visceral (ou calazar), que ataca órgãos internos. A leishmânia é transmitida ao homem por insetos vetores ou transmissores, os flebotomíneos — conhecidos por diferentes

nomes no Brasil, como tatuquira, mosquito palha, asa dura, asa branca, cangalhinha, birigui e anjinho.

• **Doença de Chagas:** Causada por protozoários do gênero *Trypanosoma*, que parasitam o sangue e os tecidos de pessoas e animais, geralmente transmitidos de um hospedeiro a outro por insetos. No caso humano, o principal vetor é um percevejo popularmente conhecido como barbeiro ou chupão. Assim que o barbeiro termina de se alimentar do sangue de um indivíduo, ele defeca, eliminando os protozoários e colocando-os em contato com a ferida e a pele da vítima.

• **Febre amarela:** A febre amarela é provocada por um arbovírus do gênero *flavivirus*. A doença é transmitida por diferentes espécies dos mosquitos *Aedes* e *Haemogogus*, que carregam o vírus de um hospedeiro para outro. Existem três ciclos possíveis de transmissão: silvestre, que ocorre

em florestas tropicais; intermediário, que acontece em partes úmidas ou semiúmidas da África, em que mosquitos semidomésticos (que se reproduzem na floresta e próximo de domicílios) infectam tanto macacos, como seres humanos; e urbana.

• **Dengue:** No Brasil, os vírus da dengue são transmitidos pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti* e podem causar tanto a manifestação clássica da doença quanto a forma considerada hemorrágica. O *Aedes aegypti* tem se caracterizado como um inseto de comportamento estritamente urbano. Devido à presença do vetor no ciclo de transmissão da doença, qualquer epidemia de dengue está diretamente relacionada à concentração da densidade do mosquito, ou seja, quanto mais insetos, maior a probabilidade de elas ocorrerem.

Fonte: Glossário de doenças da Fiocruz www.agencia.fiocruz.br/glossario-de-doencas



FOTO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

Diretas Já!, 30 anos

“**E**u quero votar para presidente!” Mais do que uma frase, essa era a manifestação de um desejo estampado nas faixas e camisetas de milhares de brasileiros que, em 1984, tomaram as ruas e praças na maior campanha cívica da história do Brasil. “Diretas Já!”, exigia o movimento que teve início ainda no ano anterior com a Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) que objetivava restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República, depois de duas décadas de ditadura militar.

Comícios gigantescos reuniam, nos palanques e fora deles, políticos, artistas, intelectuais, líderes sindicais, estudantes e toda uma gente que cobrava com juro o restabelecimento da nossa democracia. Em janeiro, 50 mil pessoas, no Boca Maldita, em Curitiba; dias depois, 300 mil na Praça da Sé, em São Paulo; em 10 de abril, 1 milhão de manifestantes, em comício na Candelária, no Rio de Janeiro, e no dia 16, 1,5 milhão, no Centro da capital paulista (foto).

O Brasil apressava o fim dos anos de chumbo. Mas apesar da imensa mobilização popular, naquele mesmo mês, o Congresso rejeitou a emenda e, com uma diferença de 22 votos e elevado número de abstenções, manteve o sistema indireto para as eleições seguintes. Em 1985, Tancredo Neves seria eleito o primeiro presidente civil do Brasil, ainda indiretamente, pelo colégio eleitoral. Somente em 1989, o país votaria para presidente, elegendo, no segundo turno, Fernando Collor de Melo (PRN) contra Luís Inácio Lula da Silva (PT). (Ana Cláudia Peres) 



Homenagem do cartunista Henfil (1944-1988) ao senador Teotônio Vilela (1917-1983), um dos símbolos da campanha pelas Diretas Já!

Cecília Donnangelo

Mestra na construção do pensamento social em Saúde



REPRODUÇÃO

Liseane Morosini

Líder nata, mestra, combativa, gênio. Os adjetivos que amigos, alunos e colegas conferem à socióloga Maria Cecília de Freitas Donnangelo (1940/1983) dão uma ideia de seu papel e de sua importância para a política de Saúde brasileira. Isso está registrado, por exemplo, na homenagem feita a ela pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), na Revista Saúde e Debate, em julho de 1985. “Cecília Donnangelo pode ser considerada, entre nós, a grande, entre os maiores, daqueles que fizeram da área da Saúde seu campo profissional”, diz o texto. Para o também sanitarista Hésio Cordeiro, cuja tese de doutorado foi orientada por Cecília, ela era uma “pessoa fantástica” e “liderança incontestada na área de Saúde Coletiva”.

O mesmo reconhecimento expressa-se também no prefácio do sanitarista e professor da Unicamp Gastão Wagner para o livro *Medicina e Sociedade* (1975), escrito por Cecília. No texto, ele agradece pela contribuição que seus estudos legaram e ressalta sua “liberdade de movimento”, seu “rigor metodológico e interpretativo” e

a “abertura para o concreto para além das travas teóricas”, destacando que “faz falta estudarmos a política de saúde do terceiro milênio no Brasil”, por esse caminho.

Os estudos e formulações de Cecília Donnangelo ajudaram a resgatar a história da profissão médica no Brasil e a consolidar a Saúde Coletiva como campo de conhecimento, passos importantes que, somados às iniciativas de seus companheiros de luta e alunos, inspiraram a Reforma Sanitária brasileira, a partir da década de 1970. O trabalho de Cecília viriam também a sintonizar-se com o projeto do SUS.

LACUNA

Primeira socióloga brasileira a estudar o campo aplicado das Ciências Sociais em Saúde, Cecília morreu prematuramente, aos 43 anos, deixando uma lacuna na produção e reflexão científicas sobre medicina e sociedade e a construção do pensamento social em saúde. Na véspera de sua morte, Cecília tinha acabado de por o ponto final no artigo *A pesquisa na área da saúde coletiva no Brasil: a década de 70*, publicado posteriormente em livro editado pela Abrasco.

Feito isso, ligou para o sanitarista Paulo Buss, que organizou o livro, dizendo que sairia de férias. “Na manhã seguinte, a notícia de sua morte calou-nos a todos”, recorda-se Paulo. Em março, a publicação *Súmula*, do Programa Radis, que antecedeu a revista *Radis*, registrava no obituário que “sua seriedade, competência e dignidade profissional abriram, para os cientistas sociais, um novo e válido campo de trabalho”. Segundo o registro, antes de Cecília, no ambiente acadêmico, essa atividade era relegada a um “plano inferior” e ela contribuiu de forma decisiva ao trazer outro olhar para a saúde. Na homenagem de *Súmula*, foi registrada ainda sua característica de “falar demais”.

O texto ressaltou que “suas autocríticas e promessas de que na próxima vez falarei menos, ou sua recorrente inútil pergunta: gente, estou falando muito? jamais fizeram cessar o jorro que fluía como uma fonte”. Para acrescentar: “E não que não ouvisse. Ouvia muito. Mas falava muito, com aquele seu sotaque interiorano/paulistano/italianado. Isso, infelizmente, morre com ela”.

MEDICINA E SOCIEDADE

Nascida em Araraquara, São Paulo, Cecília Donnangelo desde cedo demonstrou interesse pela área de Ciências Sociais. Pedagoga, aproximou-se da Medicina como objeto de estudo ao coordenar uma pesquisa realizada por estudantes sobre problemas de nutrição e rendimento escolar junto a alunos de escolas primárias. Em 1964, tornou-se professora na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM/USP) e, em 1969, foi convidada para trabalhar no Departamento de Medicina Preventiva. Lá defendeu o doutorado, em 1973, e a livre-docência em Medicina Preventiva, em 1976. Os dois trabalhos, *Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho* e *Medicina e estrutura social*, têm forte acento sociológico e orientam sua linha de pensamento. No primeiro, estuda as práticas médicas como constitutivas da sociedade; no segundo, um estudo teórico, procura delimitar o objeto de análise, aproximando-se da nascente Sociologia da Saúde.

Medicina e sociedade é considerado um marco na estruturação teórica da Saúde Coletiva, juntamente com a tese *O dilema preventivista*, do sanitarista Sérgio Arouca (Radis 133). Juntas, as obras deram início a uma teoria social da Medicina no Brasil.

CONTRIBUIÇÃO FUNDAMENTAL

Autor de artigo sobre o pensamento pioneiro de Cecília na construção teórica de um pensamento social em saúde, Everardo Duarte Nunes destaca em seu texto a abordagem teórica do livro, a pesquisa empírica, a forma de narrar e a visão das possibilidades que se abriam para o campo das Ciências Sociais na busca de compreensão da profissão e do processo de profissionalização médica.

Para o professor da UFBA Jairnilson Paim, “a tese de Donnangelo sobre o médico e o mercado de trabalho inova a investigação sobre recursos humanos em saúde no Brasil, constituindo uma contribuição fundamental para a análise das práticas de saúde e dos seus agentes”, conforme escreveu no artigo *Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte*, de 2006.

Ao refazer a trajetória de Cecília, a publicação *Contribuições Pragmáticas para a Organização dos Recursos Humanos em Saúde e para a História da Profissão Médica no Brasil*, editada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em 2004, aponta que ela não só instituiu um campo, como também disseminou a produção científica dessa nova área de conhecimento. Seus estudos fazem um balanço de toda a produção inicial dos anos 1950 e 1960 e ganhou fôlego a partir da década de 1970, “um contexto político difícil, crivado por problemas sociais endêmicos”, que “acabou por fornecer espaços de ação àqueles que pesquisavam o campo da saúde coletiva”. De acordo com a publicação, Cecília “percebeu esse movimento e seus trabalhos acabaram por inaugurar, desde suas pesquisas registradas no final da década de 1960 e seu aprofundamento e desdobramentos na década posterior, uma nova possibilidade de

se interpretarem o campo da saúde e consequentemente a sociedade brasileira”.

Como a própria Cecília registrou, seu trabalho trazia uma “concepção da Medicina como conjunto de recursos técnico-científicos voltados para a realização de níveis progressivamente elevados de bem estar social”. Ela destacava “uma concepção do social centrada nas noções de necessidades de saúde, carência ou pobreza, direito à saúde e ao bem estar”.

HOMENAGENS

Para homenagear a pesquisadora, o Ministério da Saúde em conjunto com a Opas lançou, também em 2004, o Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria do SUS, destinado a destacar anualmente os melhores trabalhos de pesquisa e de gestão na área de recursos humanos em saúde, em âmbito nacional. O prêmio busca, ainda, incentivar a Pesquisa Nacional sobre Recursos Humanos em Saúde, em suas diversas áreas de conhecimento, visando à consolidação de políticas apropriadas de recursos humanos para o SUS, e práticas de excelência de gestão do trabalho e educação na saúde, no sistema.

Cecília foi também homenageada na cerimônia de encerramento do último Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, realizado no Rio de Janeiro, em 2013 (Radis 136). E, no Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá, uma unidade de saúde leva o nome da sanitarista.

Ex-aluno de Cecília, Gastão Wagner relembra, no prefácio de *Medicina e Sociedade*, sua convivência com a pesquisadora, tendo frequentado, entre 1980 e 1982, todos os cursos que ela oferecera na pós-graduação da FM/USP. “Lamento não havermos gravado suas exposições. Enquanto fumava um longo cigarro em seguida do outro, ela nos encantava ao ampliar, ao modificar, ao acrescentar categorias e novos ângulos de interpretação aos seus trabalhos anteriores. De tão siderado, sequer anotar suas ideias com sistema eu conseguia”, relatou. “Lembro-me de quando discorreu sobre a possibilidade de o Brasil abastardar (essa expressão é de minha autoria, não me recordo do termo exato empregado pela professora) a tradição dos sistemas nacionais socializados de saúde, tendo em vista a dinâmica perversa e privatista constituída entre Estado, política e as classes sociais”, escreveu, ainda, para acrescentar: “Cecília nos faz falta, dizem os sanitaristas preocupados com os rumos do SUS”.

REPRODUÇÃO



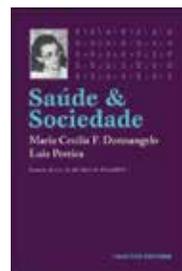
SAIBA MAIS:

Livros de Maria Cecília Donnangelo

- *Medicina e sociedade: o médico e seu Mercado de trabalho*. São Paulo: A Pioneira, 1975.



- *Saúde & sociedade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.



Sobre a sanitarista

- Cecília Donnangelo: pioneira na construção teórica de um pensamento social em saúde. Eduardo Duarte Nunes. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 13, nº 3. Disponível em: <http://goo.gl/vp5FLG>.
- Contribuições Pragmáticas para a. Organização dos Recursos Humanos em. Saúde e para a História da Profissão Médica no Brasil. A obra de Cecília Donnangelo. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível Em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/contribuicoes_pragmaticas_rh.pdf

Prêmio em homenagem a Cecília destaca os melhores trabalhos na área de Recursos Humanos em saúde

Governança política pela saúde

Artigo na revista inglesa 'The Lancet' chama atenção para a necessidade de soluções globais no combate às iniquidades

SAIBA MAIS

Artigo em inglês

<http://download.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140673613624071.pdf>

Resumo executivo em português

<http://dssbr.org/site/2014/02/publicado-o-relatorio-da-comissao-lancet-sobre-governanca-global-para-a-saude/>

A luta pela equidade e pelo direito à saúde ganhou mais visibilidade no cenário internacional, com a publicação, em fevereiro, na prestigiada revista britânica *The Lancet* (volume 383, edição 9917), do artigo *The political origins of health inequity: prospects for change* — ou *As origens políticas das iniquidades de saúde: perspectivas de mudança*, em tradução livre. O texto trata explicitamente das consequências do conflito de interesses entre o setor Saúde e outros atores internacionais que têm foco em segurança, soberania nacional e ganhos econômicos. “As causas mais profundas das iniquidades em saúde não têm caráter técnico, desprovido de interesses conflitantes e assimetrias de poder, e estão ligadas à justiça e à equidade e não à variação biológica”, diz o artigo, assinado pelo reitor da Universidade de Oslo (Noruega), Ole Petter Ottersen, e o diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), Paulo Buss, entre outros.

O texto é fruto do trabalho da Comissão da Universidade de Oslo sobre Governança Global no Campo da Saúde, criada para discutir a influência das grandes corporações, como as indústrias do tabaco, da alimentação e farmacêutica, e dos interesses do capital, expressos, por exemplo, na guerra das patentes e pela propriedade intelectual, sobre a saúde das nações. A comissão é formada por 18 pesquisadores e formuladores de políticas, de diferentes procedências geográficas, e presidida pelo reitor da Universidade de Oslo. Paulo Buss, ao lado do mexicano Julio Frenk, diretor da Escola de Saúde Pública de Harvard, Estados Unidos, são os dois integrantes latino-americanos da comissão.

“O apoio do Brasil foi buscado para que não virasse letra morta todo o debate já travado em torno dos determinantes sociais da saúde. Os DSS têm se mantido com muito custo, contra o esforço para desqualificar esse discurso”, diz Paulo. O documento foi elaborado ao longo de dois anos. Na *Lancet*, chegou a ser um dos mais baixados na semana de publicação. O texto deve ser apresentado na Assembleia Mundial da Saúde, principal órgão decisório da Organização Mundial da Saúde,

em maio, em Genebra, e na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em setembro, em Nova Iorque.

O texto foi publicado em inglês e traduzido para o português pelo Cris/Fiocruz. Para lançamento da versão em português, será realizado um debate, em maio, com a presença do reitor da Universidade de Oslo e de outros convidados, como a indiana Jashodhara Dasgupta, uma das autoras do artigo e vice-presidente da comissão, que coordena a organização não governamental Sahayog, voltada à saúde da mulher (a programação completa será publicada no site do Programa Radis, www.ensp.fiocruz.br/radis).

A comissão defende uma governança global para a saúde”, com “distribuição de poder político e econômico mais democrática, que seja sustentável social e ambientalmente”. Paulo observa que é importante distinguir as expressões *governança global para a saúde* e *governança da saúde global*: esta refere-se aos organismos internacionais que atuam na área da Saúde, como a OMS, por exemplo, enquanto a primeira trata de todas as áreas de governança do planeta e de seus impactos sobre a saúde, e é o foco do documento publicado na revista *Lancet*. “É impossível combater as inaceitáveis iniquidades em saúde existentes tanto entre países quanto no interior dos mesmos exclusivamente pelo setor Saúde, através de medidas técnicas, ou apenas em nível nacional. Soluções políticas globais são necessárias”, afirma a primeira das seis principais mensagens em destaque no artigo.

“A equidade em saúde deve ser uma preocupação de todos os setores políticos, já que o setor saúde não pode enfrentar sozinho estes desafios. A responsabilidade principal recai sobre os governos nacionais. Precisamos urgentemente que os formuladores de políticas de todas as áreas, bem como as organizações internacionais e a sociedade civil, reconheçam como os determinantes políticos globais influenciam a iniquidade em saúde e promovam um debate público global sobre como estes determinantes devem ser enfrentados”, conclamam, ainda, os autores.



Global Governance for Health
THE LANCET - UNIVERSITY OF OSLO COMMISSION



O bloco Loucura Suburbana, criado em 2001: fantasias, samba-enredo, cortejo no carnaval e atividades o ano inteiro

Loucos pela vida

Bloco de carnaval e hotel da loucura estão entre as iniciativas que apostam na arte e na cultura contra a estigmatização e reafirmam o caminho da Reforma Psiquiátrica no Brasil

Ana Cláudia Peres

Contra a camisa de força dos manicômios, o colorido das fantasias de carnaval. Era uma quinta-feira de fevereiro, final de tarde, quando o Engenho de Dentro, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, foi tomado pelos foliões do Loucura Suburbana, bloco carnavalesco que existe há 14 anos e, há quatro, transformou-se no primeiro Ponto de Cultura em Saúde Mental da cidade. Entre bonecos gigantes, pierrôs, colombianas, havaianas e outros personagens, o puxador do samba começou o desfile em alto e bom som: “Mais uma vez, o Loucura abre as portas do hospício!”. Era a senha para colocar o bloco rua, em um

cortejo que partiu do antigo Hospital Psiquiátrico Pedro II — hoje batizado de Instituto Municipal de Atenção à Saúde Nise da Silveira — até a Praça Rio Grande do Norte.

Desde que a psiquiatra Nise da Silveira revolucionou os modos de tratar a loucura e a disfunção psíquica no Brasil, a linguagem da arte e da cultura vem sendo usada como antidoto contra o estigma de doenças mentais e a favor da cidadania. O Loucura Suburbana é uma dessas iniciativas. Criado para contagiar os internos do instituto no carnaval de 2001, o bloco não acabou na quarta-feira de cinzas daquele ano. Hoje, tem atividades que funcionam o ano inteiro e envolve usuários de outros serviços da rede de saúde mental do município,



FOTOS: CAROLINA NIEMEYER

Ariadne (E): reafirmando os ideais da Reforma Psiquiátrica. Luzia: "Vestir a fantasia é bom para esquecer a tristeza"

como o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) João Ferreira, no Morro do Alemão, e a Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, de onde saiu o vencedor do samba-enredo do bloco de 2014. O compositor Adilson Nogueira desbancou outros 23 concorrentes na competição anual do bloco ao aliar os desatinos de uma relação amorosa à insanidade do trânsito na capital fluminense.

PORTAS ABERTAS

O autor dos versos de *Que loucura, meu amor!* disse à *Radis* que a música é o melhor remédio para lhe tirar da melancolia. "A melhor coisa que aconteceu para a gente foi terem aberto as portas dos manicômios. Não existe mais o que está fora

e o que está dentro". É assim que a gente se sente integrada", comemorou Adilson, usuário do Hospital Jurandir Manfredini, que faz parte da Colônia Juliano Moreira. No Loucura deste ano, saiu fantasiado a caráter, ao lado de Érica Amaral, musa inspiradora, com quem está casado há 21 anos e tem três filhos. Ele, de pierrô, ela, de colombina. Como na letra de seu samba-enredo: *Juntos, onde for*.

Idealizadora do bloco, a psicóloga Ariadne Moura conta que o Loucura nasceu seguindo o rastro da Reforma Psiquiátrica e das novas perspectivas para saúde mental. "O grande mérito do projeto é inverter a lógica tradicional e hierárquica da psiquiatria, em que o poder médico é quem manda, e passar a alimentar uma outra lógica na qual os pacientes vão construindo os próprios trajetos, redescobrimo potencialidades e redeseñando suas vidas", diz. "Com isso, reafirmamos e consolidamos o caminho da Reforma Psiquiátrica brasileira, que é o mesmo caminho da integração e da inclusão social".

FUNCIONAMENTO CONTÍNUO

Em 2007, o projeto, em parceria com o Caps Clarice Lispector, venceu o Prêmio Cultura e Saúde, promovido conjuntamente pelos ministérios dessas duas áreas. Desde então, outras compensações vêm permitindo ao bloco um funcionamento contínuo, com atividades que envolvem oficinas livres de música e percussão, ateliês de pintura e projetos como o





Centro de Memória, que vem reunindo depoimentos dos grandes sambistas da música popular brasileira. Em maio, quando se comemora o Mês da Luta Antimanicomial, está previsto outro grande evento na Praça Rio Grande do Norte, em que o Loucura Suburbana vai levar para as ruas um sarau literário e uma exposição com obras de artistas do Museu do Inconsciente — centro de estudo e pesquisa que também funciona no Instituto Nise da Silveira e, desde 1952, reúne a produção de artistas que já passaram pelo local, caso de Arthur Bispo do Rosário.

Ao ser reconhecido como Ponto de Cultura, em 2010, e conquistar ainda o edital do BrazilFoundation no mesmo ano, o bloco conseguiu estruturar e manter a Encantarte Editora, uma escola de informática e um cibercafé. Além das atividades pontuais, os internos trabalham e participam da rotina de funcionamento diário do Loucura Suburbana. “O desfile passou a ser o grande encontro, a celebração, mas o Loucura Suburbana não para”, diz Ariadne. “O imaginário social diz que o paciente psiquiátrico é perigoso, violento, faz mal à sociedade. Mas, com todas essas atividades, o que a gente faz é provar que são criativos, coloridos e alegres”.

VESTINDO A FANTASIA

Maria das Dores Conceição que o diga. Ao ser indagada sobre sua participação no Loucura Suburbana, a mais animada passista de frevo da concentração do bloco este ano apenas repetia: “Viva a alegria!” e tratava de cair no passo e posar para mais uma foto, para delírio dos presentes. Com 35 anos de serviços de limpeza prestados ao

Instituto Nise da Silveira, Laura Benedito Oliveira tinha fôlego de principiante. “Recorri à internet e fiz a minha própria fantasia. Vale tudo para sair bonita de Rainha da Banda”, disse. Outros preferiam desbravar o barracão dos adereços e alegorias que o Loucura empresta a quem quiser entrar na folia, inclusive repórteres.

“Vestir fantasia é bom para esquecer a tristeza”, ensinava Luzia Rocha, do alto dos 70 anos, que foi do Leme ao Engenho de Dentro para brincar no Loucura. “O passado a gente deixa pra trás, na batida do tambor”. Sendo assim, palmas para a ala das crianças e para a outra inspirada nos trabalhos de artistas do Museu do Inconsciente, para o médico e o monstro, o Frankenstein, o drácula, o bobo da corte. O sanatório geral ganhou a avenida.

Maria das Dores (E):
caindo no frevo. Adilson,
o compositor do sambanredo, e Érica, a musa
inspiradora: música
contra melancolia

HOTEL DA LOUCURA

É o caso de se dizer: de artista e de louco, todo mundo tem um pouco. Não à toa, a frase está desenhada em uma das paredes coloridas do Hotel da Loucura, outra iniciativa que funciona em um dos prédios do complexo de 5 mil metros quadrados do Instituto Nise da Silveira, na abandonada enfermaria do hospital psiquiátrico, e também comunga com as ideias da ousada psiquiatra. Trata-se de uma hospedaria que recebe médicos, artistas e pesquisadores



do Brasil inteiro para oficinas de teatro, dança, poesia e cinema.

“Entrou no hotel é hóspede”, diz o mentor do projeto, o médico imunologista e psiquiatra, Vítor Pordeus, coordenador do Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Por lá, já passaram hóspedes como o diretor teatral Amir Haddad e o músico Chico César, entre centenas de famosos e ilustres desconhecidos que costumeiramente ocupam os nove quartos, as salas de meditação e jantar, o atelier, a biblioteca e o cineclub, em aulas e projetos que extrapolam os muros em cortejos e ensaios de espetáculos ao ar livre. A hospedagem é gratuita.

Vítor explica que a ideia é refletir sobre o tema da loucura e oferecer arte como tratamento. “Não tratamos doentes, convivemos com pessoas”. O Hotel da Loucura funciona desde 2012 e surgiu durante a realização do congresso da Universidade Popular de Arte e Ciência (Upac), coletivo que reúne pesquisadores, profissionais de saúde, artistas e pacientes com distúrbios



FOTO: ALLYSON SILVERIO

Hotel da Loucura, que recebe em nove quartos médico, paciente e visitante: entrou, é hóspede

psíquicos, vindos de diversas regiões do Brasil.

TRANSFORMAÇÕES

Para Vítor, o Hotel da Loucura é terapêutico não só para os internos mas para qualquer pessoa que se envolva nas atividades, médico, paciente ou visitante. Como resultados, diz que, longe da lobotomia e dos eletrochoques, o Hotel da Loucura pode levar a transformações como a de um paciente que tinha problemas de mudez e saiu de uma atividade cantando, ou a de outro com esquizofrenia severa,

que não andava ao ar livre e que hoje participa de peças de teatro.

“O maior mérito do projeto é a restauração da cultura como ponto de cura. Esses são apenas exemplos que reforçam isso. E é preciso, cada vez mais, romper a relação de dependência e trabalhar a integração e a cidadania”, explica Vítor, às vésperas de estrear o mais novo espetáculo do Hotel da Loucura, inspirado em William Shakespeare, *Loucura, sim, mas tem seu método*, com ensaios abertos na Praia do Arpoador.

TamTam, Maluko e Pinel

No final dos anos 80, a cidade de Santos, em São Paulo, tornou-se referência entre os projetos de Saúde Mental e da Luta Antimanicomial brasileira. Ao colocar no ar a Rádio TamTam (fotos), eles queriam “mostrar com quantos loucos se faz uma cidade”. O projeto começou na extinta Casa de Saúde Anchieta e fazia parte do trabalho de humanização daquela instituição que ficou conhecida como *Casa dos Horrores* por conta de problemas de superlotação e maus tratos dos pacientes.

Inteiramente produzida por internos, a rádio chegou a realizar cerca de 300 shows ao vivo e, aos poucos, passou a contar com adolescentes e estudantes que, no papel de DJs e repórteres, realizavam os programas junto com os pacientes. Sob a batuta do arteeducador e pedagogo,

Renato di Renzo, a Rádio transformou-se, em 1992, na Associação Projeto Tamtam acrescentando às suas atividades as linguagens do teatro, da dança e das intervenções urbanas, e fazendo “um trabalho de inclusão social através da arte, do encontro, da troca, onde as pessoas se ligam pelo talento e não pela doença”, como costuma dizer Renato, em entrevistas.

O programa de rádio ficou no ar até 1997 e gerou muitas crias, como a Rádio Muleke, em que crianças e jovens dos abrigos de Santos se tornavam artistas uma vez por semana, e o Zazar’H Bar, que deu origem ao Café Teatro Rolidei, no terceiro andar do saguão do Teatro Municipal de Santos, onde uma trupe de artistas, músicos, escritores e comunidade em geral ainda hoje costumam

se reunir para celebrar “a grande saúde que há na loucura”. Recentemente, em fevereiro, o Projeto TamTam comemorou 25 anos com o espetáculo *A Terra Pode Ser Chamada de Chão*, gratuitamente, no Sesc de Santos.

Extrapolando fronteiras, a Rádio TamTam viu surgir projetos semelhantes dentro e fora do país, a exemplo do Grupo Biruta, em São Vicente (SP); do Projeto e Rádio Lokomotiva, em Natal (RN); da Rádio e TV Pinel, no Rio de Janeiro; da Rádio La Colifata, em Buenos Aires, na Argentina; entre inúmeras outras experiências que fazem ecoar o que dizia o bordão diário de seus locutores: “Está no ar a Rádio TamTam! Um programa do tamanho da sua louuuuuura! Um programa sem contra-indicação! Vide bula!”.



FOTOS: ACERVO TAMTAM

Na contramão da luta antimanicomial

Liseane Morosini

Casos como o da morte do cineasta Eduardo Coutinho, em 2 de fevereiro, dentro de casa, alvo de facadas do filho, de 41 anos, diagnosticado como esquizofrênico, volta e meia abrem brecha para trazer à tona, na mídia, a defesa dos manicômios e da internação, na contramão da luta antimanicomial e dos preceitos da Reforma Psiquiátrica. Reportagem da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicada em 10 de fevereiro, apontou na manchete que *Pais vive 'apagão' no tratamento de doentes com transtornos mentais*, ressaltando a necessidade de “mais 43 mil leitos psiquiátricos para atender a demanda”. De forma esquemática e ilustrativa a reportagem indica, ainda, “como deveria funcionar a internação psiquiátrica”. De acordo com o esquema, o atendimento, após passar pela atenção primária e pelo encaminhamento aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), contaria com uma instância terciária, prevendo “internação de pacientes agudos e crônicos”, em uma graduação que já foi superada há anos pelo projeto do SUS.

“É um entendimento equivocado tomar o parâmetro da capacidade do sistema pela oferta ou não de leitos. Isso era para o modelo antigo”, analisa o coordenador nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori. Ele observa que o Brasil já teve mais de 100 mil leitos ofertados, sendo que, destes, 80% destinavam-se a pacientes crônicos. “Essa forma de ofertar cuidados não ajuda as pessoas a retornarem a suas vidas. Segregação gera segregação e é um sistema no qual a pessoa entra e nunca mais sai”, considera.

Tykanori explica que o modelo de atendimento do país não é focado no número de leitos e que houve remodelação do serviço com foco na assistência antimanicomial. Com deslocamento de recursos de internação para o atendimento na rede, houve 50 vezes mais atendimentos de 2002 a 2010, passando-se de 400 mil a 20 milhões. “O que traz benefícios é a alocação em serviços territoriais”.

O coordenador explica que os Caps podem

acolher a pessoa antes de as relações serem rompidas. “Nossa proposta é intervir na dinâmica precocemente”, diz, criticando as tentativas de se fazer “um elo causal” entre transtorno mental e violência. “É um argumento preconceituoso, sem fundamento empírico e lógico”, aponta.

“Há sempre um componente inexplicável nas tragédias humanas e, nesses momentos, a partir da tese da falta de leitos para pacientes com transtornos mentais, é apontada a falência do sistema de atendimento como um todo, como se não existisse uma política de saúde mental”, analisa o professor Pedro Gabriel Delgado, do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde Mental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “A internação cria ilusão de uma eficácia que ela não tem”, diz, ressaltando que “a questão deve ser discutida não pelo diagnóstico, mas pela dificuldade do funcionamento dos serviços territoriais”.

De acordo com o psiquiatra Walter Oliveira, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que uma rede bem estruturada resolve 70% dos problemas de saúde sem necessidade de internação. “Hospital é mais caro e local de risco”. Para Walter diante das conquistas obtidas com a Reforma Psiquiátrica – que aboliu os manicômios e passou a tratar as pessoas com transtornos mentais como detentores de direitos –, é “absurdo e um desserviço para a nação” pregar a retomada do modelo hospitalar, por meio da ideia de um “apagão” de leitos.

Em artigo no jornal *O Globo* (4/3), a médica Rosana Onocko-Campos, professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, defendeu: “mais que clamar pela volta do encarceramento (que contraria todas as recomendações internacionais de boas práticas clínicas), deveríamos chamar a atenção para a importância do acesso ao tratamento, por meio da ampliação e qualificação da rede territorial de serviços substitutivos”. 

Walter: “Hospital é mais caro e local de risco”; Tykanori: capacidade do sistema não se mede por oferta de leitos; Pedro Gabriel: internação cria ilusão de eficácia



FOTO: ARQUIVO PESSOAL



FOTO: ELZA FIUZA / ABR

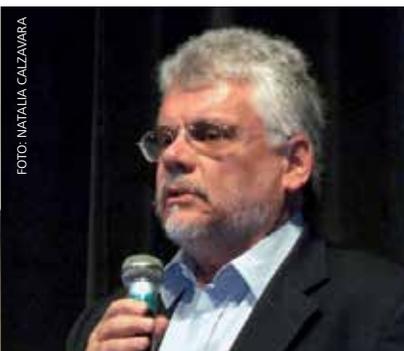


FOTO: NATÁLIA CALZAVARA



EVENTOS

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador



O Ministério da Saúde convocou a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para o período de 10 a 13 de novembro de 2014. O tema central será *Saúde do trabalhador e da trabalhadora, direito de todos e dever do Estado*. O objetivo é propor diretrizes para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST). O eixo principal da conferência, Implementação da Política Nacional de saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, terá como subeixos O desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora; Fortalecer a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora; Efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersetorialidade nas três esferas de governo; e Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos municípios, Estados e União. As etapas macrorregionais devem acontecer até 31 de maio e as estaduais, até 30 de junho.

Data 10 a 13 de novembro

Local Brasília

Informações http://conselho.saude.gov.br/web_4cnst/index.html

PREMIAÇÃO

Prêmio Eric Roger Wroclawski



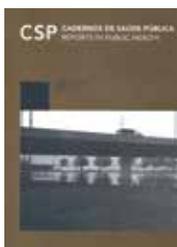
A revista científica *Einstein*, do Instituto de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, vai premiar artigos originais na área da saúde nas categorias Medicina Cirúrgica, Medicina Clínica, Saúde Multiprofissional, Ciências Básicas/Medicina Experimental e Gestão e Economia em Saúde. Os ganhadores serão selecionados entre os artigos aceitos para publicação na revista no período de 1/7/2013 a 30/6/2014. Autores podem submeter novos textos no sistema eletrônico <http://apps.einstein.br/revista>.

Informações <http://www.einstein.br/pesquisa/premio-eric-roger-wroclawski/Paginas/premio-eric-roger-wroclawski.aspx>

PERIÓDICO

Redes de pesquisa

A edição de fevereiro dos **Cadernos de Saúde Pública** (volume 30, número 2), revista mensal da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), publica o artigo *Redes de pesquisa em saúde na web: uma análise da presença brasileira*, que traz ideias instigantes com base em redes de investigação, que avaliam a cooperação e a internacionalização da pesquisa, utilizando as páginas web das instituições. Além de analisar as redes de pesquisas internacionais, o artigo apresenta uma proposta para acompanhar aspectos desta cooperação, por meio da identificação das cooperações estabelecidas e mapeamento dos relacionamentos entre diferentes instituições, usando técnicas de análise de redes sociais. A edição ainda tem artigos sobre rede de atenção à saúde bucal, perfis de consumo alcoólico entre pacientes da atenção primária à saúde e coinfeção HIV/aids com hepatites virais B e C. A revista pode ser lida em http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1&lang=pt.



LIVROS

Saúde e doença

Os sentidos da saúde e da doença, de Dina Czeresnia, Elvira Maria Godinho de Seixas Maciel e Rafael Antonio Malagón Oviedo (Editora Fiocruz), apresenta reflexões e exemplos que conduzem a outros modos de olhar a saúde e a doença ao situar o modelo biomédico como uma construção histórica. Os autores não consideram satisfatórias definições de saúde e doença estritamente científicas, fundamentadas apenas no conhecimento médico e biológico, e em parâmetros quantitativos. Ao longo do livro, a saúde é apresentada como uma capacidade para lidar com a existência, salientando-se que uma vida saudável não pode excluir tensões. Logo, a saúde é uma potência para que se criem estratégias de adaptação ao meio e, nesse sentido, aprender com a experiência da doença é também um sinal de saúde.



Inquisição e saúde

Médicos, Medicina Popular e Inquisição: A repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo

de Timothy D. Walker (Editora Fiocruz), analisa a equação de interesses envolvidos na perseguição a curandeiros na Inquisição portuguesa, com base em documentação de numerosos arquivos em Lisboa, Évora e Londres. O autor examina a enorme contradição de profissionais médicos treinados durante o Iluminismo português que utilizavam o aparato repressivo da Inquisição para eliminar seus competidores mais rústicos e (na sua maioria) iletrados: os curandeiros populares. Ele demonstra que, por trás dessas perseguições, havia uma concorrência: de um lado, uma classe emergente de profissionais médicos formados; de outro, praticantes da cura nas comunidades. Sob a crescente influência dos primeiros, aumentaram as hostilidades contra os segundos, aos quais foram imputadas acusações e aplicados castigos.



Violência contra mulher

Violência contra a mulher é crime! — A Lei Maria da Penha e um trabalho de grupo com agressores

de Elaine de Souza Cordeiro (Editora Juruá), investiga as possíveis causas do aparente “não reconhecimento” da Lei Maria da Penha por parte de homens processados por suas parceiras amorosas quando há algum tipo de violência. A autora usa depoimentos dos próprios sujeitos processados. Em 2007, alguns frequentemente indagavam: “Vocês estão falando da Lei Maria do quê?”. Já em 2013, frases como “me sinto perdido” e “não posso mais ser o homem que sempre fui” pareceram demonstrar o mal-estar de alguns sujeitos diante da nova realidade pós-lei.



CONTATOS

Editora Fiocruz

(21) 3882-9039 e 3882-9006
 editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br/editora

Editora Juruá

www.juruua.com.br/
 (41) 4009-3900 e 3352-1200

Para Alex, com carinho

Deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) publica carta aberta ao menino Alex, de oito anos, espancado até a morte por seu pai, Alex André Soeiro, em 5/2, porque gostava de lavar louça *

“**Q**uem me acompanha por aqui sabe que não tenho, por hábito, tratar de minha vida privada nem de minha intimidade. Concentro-me em debater ideias e fatos, sobretudo os ligados ao meu trabalho ou ao meu consumo cultural. Mas hoje vou abrir uma exceção... Talvez seja a proximidade do aniversário de 40 anos, talvez seja o acúmulo de sentimentos não processados devido ao trabalho árduo dos últimos três anos, mas a verdade é que ando à flor da pele... Hoje tive uma crise de choro ao ouvir, vinda da lanchonete da esquina, a música No dia em que eu saí de casa. A letra descreve quase que em detalhes um episódio de minha vida (e, por isso mesmo, as lembranças de minha mãe foram tão inevitáveis quanto as lágrimas): ‘No dia em que eu saí de casa, minha mãe me disse ‘filho, vem cá’; passou a mão em meus cabelos; olhou em meus olhos e começou a falar: ‘por onde você for, eu sigo com meu pensamento sempre, onde estiver; em minhas orações, eu vou pedir a Deus que ilumine os passos seus’. Eu sei que ela nunca compreendeu os meus motivos de sair de lá, mas ela sabe que, depois que cresce, o filho vira passarinho e quer voar. Eu bem queria continuar ali, mas o destino quis me contrariar... E o olhar de minha mãe na porta, eu deixei chorando a me abençoar!

A minha mãe, naquele dia, me falou do mundo como ele é; parece que ela conhecia cada pedra que eu iria por o pé. E sempre ao lado do meu pai, da pequena cidade, ela jamais saiu... Ela me disse assim: ‘meu filho, vá com Deus que este mundo inteiro é seu!’.

Depois de ouvir essa música, ainda sentado ao computador para concluir uns textos, li a matéria de *O Globo* com a história completa do garotinho Alex, morto a pancadas pelo próprio pai para que ‘tomasse jeito de homem’. Alex, natural de Mossoró (RN), fora enviado, pela mãe, ao Rio de Janeiro para viver com o pai, desempregado e envolvido com o tráfico de drogas, porque ela, mãe de outros três filhos (também criados por terceiros), poderia perder a guarda de Alex por não enviá-lo à escola, já que não tinha meios para tal.

Olhei a foto do enterro de Alex e meu coração se apertou ao perceber que não havia quase ninguém lá... Sozinha, aquela semente indefesa esmagada violentamente por sua natural exuberância, não tinha ninguém por ela na despedida dessa vida que lhe foi tão injusta.

Meu coração se partiu e não pude controlar os soluços de choro. Por um instante, vi-me naquele caixão, sem futuro...

Semelhante a Alex, quando criança, eu também não tinha *jeito de homem*; gostava de brincar com as meninas, de roda; de desenhar no chão com palitos de fósforo riscados e pegava,

escondido, as bonecas de plástico baratas de minhas primas; semelhante a Alex, eu gostava de cantar e dançar e essa minha diferença me tornava alvo de injúrias e insultos desde que me entendo por gente. Cresci sob apelidos grosseiros e arremedados feitos pelos de fora. Naquela miséria em que eu vivia na infância, trabalhando desde os dez anos de idade nas ruas, o meu *jeitinho* me fazia vulnerável... e eu sabia disso ou, ao menos, intuía; por isso, dediquei-me aos estudos e ao exercício da minha inteligência. Busquei ser um menino admirável na escola e na Igreja para que meus pais não tivessem desculpas para me bater por aquilo que eu não podia mudar em mim.

Nem minha mãe amada nem meu pai que já se foi me espancaram por eu ser diferente, mas, ante os insultos e as injúrias de que eu era vítima, ambos me pressionavam com olhares e cobranças e meu pai, em particular, com um distanciamento.

Minha estratégia de sobrevivência deu certo, em casa e na escola. Transformei-me num adolescente inteligente e admirado. No movimento pastoral, aprendi a me levantar contra as injustiças (inclusive contra aquelas de que eu era vítima); aprendi o que era a homossexualidade e que havia outros iguais a mim, o que me levou a passar da vergonha para o orgulho do que era. Cursei, depois de um disputado vestibular, um dos mais cobiçados colégios técnicos da Bahia. E virei orgulho de meus pais, irmãos e de todos os meus familiares e vizinhos que me insultaram.

Tanto que, no dia em que saí de casa de vez, rumo a Salvador, os olhos de minha mãe amada diziam: ‘Meu filho, vá com Deus que esse mundo inteiro é seu’. E *é!*

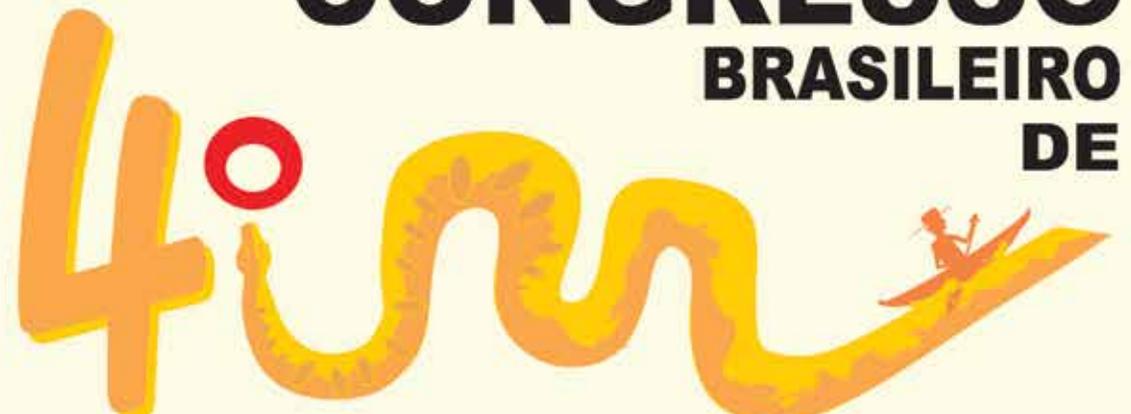
Mas eu e outros poucos que escapamos dos destinos imperfeitos ainda somos exceções. A regra é ser expulso de casa ou fugir como meio de sobreviver; é descer ao inferno da exclusão social e da falta de oportunidades; ou ter o futuro abortado pela violência doméstica, como aconteceu com o pequeno Alex...

Hoje eu quis, do fundo de meu coração, ter encontrado Alex antes de sua morte violenta e trazê-lo para perto de mim; quis voltar o tempo e livrá-lo da miséria em Mossoró e das mãos de seu algoz; de chamá-lo de *filho*; olhar em seus olhos e dizer ‘Por onde você for, eu te seguirei com meu pensamento pra te proteger’; quis apresentá-lo à minha mãe para que ela dissesse, a ele, ‘seu pai era igual a você quando criança e hoje eu tenho muito orgulho dele’...

Não deu, Alex. O destino nos contrariou: não nos quis juntos. Mas, em minhas orações, eu vou pedir a Deus, se é que ele existe mesmo, que ilumine sua alma...”



**CONGRESSO
BRASILEIRO
DE**



SAÚDE MENTAL

**Navegando pelos rios da Saúde Mental
da Amazônia: Diversidades culturais,
saberes e fazeres do Brasil**

**De 04 a 07 de setembro de 2014
Manaus - AM**

www.congresso2014.abrasme.org.br